



29 DE SETEMBRO DE 2015

Terça-feira

- **VW DE SÃO CARLOS TERÁ REDUÇÃO DE JORNADA E SALÁRIOS**
- **GM PROPÕE NOVO 'LAY-OFF' PARA 650 EM SÃO CAETANO, DIZ SINDICATO**
- **USIMINAS ANUNCIA SUSPENSÃO DA UNIDADE DE CHAPAS GROSSAS EM CUBATÃO**
- **CSN ALONGA DÍVIDA DE R\$2,2 BI COM BANCO DO BRASIL**
- **EXCESSO DE OFERTA DE AÇO PREOCUPA OS PRODUTORES**
- **FERRO SEM SINAIS DE RECUPERAÇÃO**
- **EM 2016 A AMÉRICA LATINA ATRAIRÁ MAIS INVESTIMENTOS EM MINERAÇÃO DO QUE O RESTO DO MUNDO**
- **ENTIDADES MINERADORAS PREVÊEM PREJUÍZO COM A ELEVAÇÃO DO ICMS**
- **SOMBRAS NA MINERAÇÃO**
- **GRANDES MINERADORAS AMPLIAM A PRODUÇÃO**
- **ANGLO PLANEJA OTIMIZAÇÃO DO MINAS-RIO**
- **SEM QUESTÃO FISCAL RESOLVIDA, NÃO HÁ RECUPERAÇÃO, DIZ LEVY**
- **ESTRATÉGIAS DE FUSÕES TENDEM A SER MAIS CRITERIOSAS NO PAÍS**
- **VOLKSWAGEN VAI REPARAR CARROS AFETADOS POR ESCÂNDALO DE EMISSÃO DE POLUENTES**
- **DÓLAR DEVE PRESSIONAR TARIFA DA ENERGIA PRODUZIDA POR ITAIPU**
- **PARANÁ COMPETITIVO ATRAI SÓ R\$ 318 MILHÕES EM 2015**
- **“RISCO BRASIL” EM ALTA**
- **RENAULT LANÇA DUSTER OROCH POR R\$ 62.290; VENDAS COMEÇAM EM NOVEMBRO**
- **PACOTACO TEM VOTAÇÃO DECISIVA NESTA TERÇA-FEIRA (29)**
- **RENEGOCIAÇÃO CRESCE COMO OPÇÃO PARA EVITAR PERDA DE BENS**
- **AUMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA É MAIOR PREOCUPAÇÃO PARA QUEDA NO RATING DO BRASIL, AFIRMA FITCH**

- COM MAIS PROCURA E SEM NOVAS VAGAS, DESEMPREGO NO TRI ATÉ JULHO VAI A 8,6%
- JEEP RECONSTRÓI RÁPIDO IMAGEM NO PAÍS
- NA CRISE, REDUZIR SIM, SILENCIAR NÃO
- BOSCH SE ISENTA DE CULPA POR EMISSÕES DA VW
- MARKETING É FUNÇÃO DE PRIMEIRO NÍVEL NAS AUTOPEÇAS
- RELACIONAMENTO COM O CONSUMIDOR PASSA POR REINVENÇÃO
- SETOR DE MINERAÇÃO DA AUSTRÁLIA AINDA TEM ÓTIMAS PERSPECTIVAS, DIZ MINISTRO
- 14 SINDICATOS ACEITAM PROPOSTA E ENCERRAM GREVE, DIZEM CORREIOS
- INDÚSTRIA COMPRA PEÇAS EM VEZ DE MÁQUINAS
- O AMBIENTE DE NEGÓCIOS NO BRASIL VIVE UM CAOS ABSOLUTO, DIZ BANQUEIRO
- BRACEN PASSA A EQUIPAR SEUS TORNOS COM O CNC PROTEO
- META DO BRASIL É REDUZIR EMISSÃO DE GASES EM 43% ATÉ 2030, ANUNCIA DILMA
- FMM APROVA INVESTIMENTOS DE R\$ 1,81 BI EM PROJETOS DA INDÚSTRIA NAVAL
- POWERMIG LEVA ALTA TECNOLOGIA EM ROBÓTICA INDUSTRIAL PARA A MERCOPAR
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO ABRE INVESTIGAÇÃO CONTRA BRASIL
- DIRETORIA DA VALE PROPÕE REDUZIR PELA METADE 2ª PARCELA DE REMUNERAÇÃO A ACIONISTAS DE 2015
- TARIFA BANCÁRIA SUBIU NOVE VEZES MAIS QUE A INFLAÇÃO
- PMES PREFEREM FECHAR PORTAS A PEDIR RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CÂMBIO		
EM 29/09/2015		
	Compra	Venda
Dólar	4,115	4,115
Euro	4,615	4,617

Fonte: BACEN

VW de São Carlos terá redução de jornada e salários

29/09/2015 – Fonte: Automotive Business



Os empregados da fábrica de motores da Volkswagen em São Carlos, no interior paulista, aprovaram em assembleia realizada no fim de semana a adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE), celebrando acordo com a empresa para reduzir em 20% a jornada de trabalho e 10% os salários, a exemplo do que já aconteceu há 10 dias na planta Anchieta, em São Bernardo do Campo.

A data do início do regime de trabalho com horário reduzido na unidade de São Carlos ainda não foi definida, mas terá duração de oito meses, prorrogáveis por mais oito. De acordo com as regras do PPE, durante este período a Volkswagen não poderá fazer demissões na fábrica sem justa causa.

A empresa deixará de pagar 20% dos salários, mas a metade do valor da redução será bancada pelo governo com recursos do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT), até o limite de R\$ 900,84.

A empresa se comprometeu em cobrir a diferença daqueles que excederem esse teto e também ficou acertado que a redução não incidirá sobre o décimo-terceiro salário e férias.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos informou que, na negociação com a fábrica para a adesão ao PPE, ficaram garantidos os termos do acordo celebrado com os trabalhadores da unidade em 2012, em que a empresa garante reajuste salarial real de 2,5% a partir de setembro deste ano e de 2,3% a partir de setembro de 2016.

Além de São Carlos e Anchieta, a Volkswagen também deve anunciar a redução de jornada e salários sob as regras do PPE na fábrica de Taubaté (SP).

Os termos do acordo serão apresentados aos funcionários na terça-feira, 28, mas a empresa já havia negociado com o sindicato local a adesão ao programa para colocar fim à greve na unidade em agosto passado.

Cinco plantas de fabricantes de veículos já aderiram ao PPE: além das unidades de São Bernardo e São Carlos da Volkswagen, Ford e Mercedes-Benz vão reduzir jornada e salários em São Bernardo, e a fabricante de máquinas de construção Caterpillar também aderiu ao programa em Piracicaba (SP).

GM propõe novo 'lay-off' para 650 em São Caetano, diz sindicato

29/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A GM (General Motors) de São Caetano do Sul negocia novo "lay-off" (suspensão do contrato de trabalho) por três meses para 650 funcionários dessa unidade, segundo o sindicato dos metalúrgicos da cidade (filiação à Força Sindical).

A suspensão está sendo negociada para evitar a demissão desses trabalhadores, diz Aparecido Inácio da Silva, presidente do sindicato.

A proposta foi feita na segunda-feira (28), após o sindicato pedir "lay-off" de cinco meses para os funcionários considerados excedentes e a prorrogação do "lay-off" já em andamento para outro grupo de cerca de 900 empregados.

De acordo com o sindicato, inicialmente as empresas pretendia dispensar 400 trabalhadores, e em seguida aumentou o número para 650. A montadora e o sindicato devem fechar acordo nesta terça-feira (29).

"Não há mais espaço para armazenar novos carros. Os pátios da empresa estão lotados e as vendas continuam caindo. A empresa falava inicialmente em novo excedente de 400 e agora esse número já passou para 650.

Toda a produção está parada a semana inteira. A empresa colocou 6.000 da produção em casa e fala em dispensar. Estamos negociando o lay-off para evitar demissões", diz o dirigente.

A GM não comenta as negociações, mas confirmou, em nota, que concedeu "days off" para os funcionários de São Caetano do Sul e da unidade de Mogi das Cruzes no período de 28 de setembro a 2 de outubro.

"A medida tem como intuito ajustar o volume de produção à atual demanda do mercado", informou a empresa.

VOLKS SÃO CARLOS

Já na Volkswagen de São Carlos (SP), os trabalhadores aprovaram adesão ao PPE (Programa de Proteção ao Emprego), com redução de 20% da jornada de trabalho e dos salários em troca de estabilidade para os funcionários da fábrica.

Metade da redução salarial será bancada pelo FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), como prevê a lei que criou o PPE. Com isso, os salários serão diminuídos em 10% por um período de seis meses, que podem ser prorrogados por mais seis.

Nem empresa nem sindicato divulgaram o número total de funcionários que terão salário e jornada reduzidos.

O acordo vale por seis meses, a partir de 1º de outubro, e pode ser prorrogado por outros seis. Segue os mesmos moldes do aprovado pelos metalúrgicos da Volkswagen de São Bernardo do Campo.

Segundo o sindicato de São Carlos, a redução salarial não incidirá nas férias nem sobre o 13º salário e está garantido o complemento, por parte da empresa, quando a compensação máxima paga pelo FAT -de R\$ 900- não atingir a metade da redução salarial do trabalhador.

No site do Sindicato dos Metalúrgicos de São Carlos e região, o presidente da entidade, Erick Silva, afirma que "no momento de crise quem paga o preço é sempre o trabalhador, agora que temos disponível a Medida Provisória do PPE, que garante o emprego, é um alívio, pois o que temos de mais importante é o trabalho e a renda".

Em Taubaté, os funcionários devem fazer assembleia nesta terça-feira (29) para avaliar a mesma proposta de adesão ao PPE.

PPE X LAY-OFF









Entenda os instrumentos para preservar o trabalho

PPE

Programa de Proteção ao Emprego criado pelo governo para evitar demissões em empresas que estão sofrendo com a crise econômica. As empresas podem reduzir jornada de trabalho, e empregados têm parte da renda complementada pelo governo

LAY-OFF

Suspensão temporária do contrato de trabalho. Originalmente existia para permitir que trabalhadores se afastassem para cursos de aprimoramento. Um projeto de lei passou a permitir que empresas adotassem lay-off quando comprovadamente não pudessem manter o nível da produção

 Salário do trabalhador	A empresa pagará salário correspondente à jornada reduzida, e o governo complementarará metade do que faltar, até o teto de R\$ 900,84. Por exemplo, numa redução da jornada de 30%, o governo complementa até 15%	O trabalhador recebe benefício equivalente ao seguro-desemprego do FAT, limitado a R\$ 1.385,91. A empresa pode complementar o valor com uma ajuda compensatória mensal, sem natureza salarial
 Jornada de trabalho	Reduzida em até 30%	O empregado fica em casa
 Férias e 13º	Não está definido se os benefícios também terão complemento do governo	Trabalhador não recebe os benefícios. O período de afastamento conta para as próximas férias
 Duração do instrumento	Por até seis meses, prorrogáveis por mais seis	De 2 a 5 meses, prorrogáveis. Na prorrogação, a empresa paga os R\$ 1.385,91 antes bancados pelo governo
 Encargos trabalhistas pagos pela empresa (FGTS e INSS)	A contribuição será sobre o valor pago pela empresa mais a parcela complementada pelo governo, ou seja, o salário efetivamente recebido pelo trabalhador	Não há pagamento de encargos
 Encargos trabalhistas pagos pelo trabalhador	O trabalhador contribuirá sobre o salário que recebe	Não há pagamento de encargos. O trabalhador continua, no entanto, amparado pelo INSS
 Estabilidade no emprego	Trabalhador não pode ser demitido durante o programa e terá estabilidade por mais um terço do período de adesão da empresa ao PPE	Se o trabalhador for demitido durante o lay-off ou nos três meses após o retorno ao trabalho, receberá multa de no mínimo um mês do salário que recebia antes da suspensão
 Governo	O governo arrecada menos do que se o trabalhador estivesse cumprindo jornada regular, mas evita desembolsos com seguro-desemprego	O governo não arrecada e ainda precisa arcar com pagamento de R\$ 1.385,91 ao trabalhador com contrato suspenso

Usiminas anuncia suspensão da unidade de chapas grossas em Cubatão

29/09/2015 – Fonte: A Tribuna

A Usiminas paralisará temporariamente, nos próximos dias, o laminador de chapas grossas na usina de Cubatão. A suspensão foi necessária, segundo a empresa, pela queda de demanda desse produto provocada pela crise econômica.

"O objetivo é adequá-la ao baixo nível de demanda, contribuindo para preservar a competitividade da companhia no atual cenário", informou a siderúrgica em nota à Imprensa.

Esta é a segunda unidade que tem as atividades suspensas na usina de Cubatão. A primeira foi o Alto Forno 1, no dia 31 de maio deste ano.

A siderúrgica também desligou o alto forno nº 1 da usina de Ipatinga, em 4 de junho, reduzindo sua produção de ferro gusa (material para fazer as chapas de aço) em cerca de 120 mil toneladas ao mês.

Unidade, com capacidade para processar 1 mi de toneladas de chapas, ficará fechada temporariamente

Produto final

A chapa grossa é um produto utilizado, principalmente, pelo setor naval, óleo e gás, equipamentos e máquinas pesadas, construção e energia. O laminador da Usiminas em Cubatão tem capacidade para processar até um milhão de toneladas de chapas por ano.

Unidade semelhante, mais atualizada tecnologicamente, está instalada pela Usiminas em Ipatinga (MG), que continuará operando.

Essa unidade concentrará a produção e atendimento aos clientes, já que possui também a tecnologia de resfriamento acelerado, o que, segundo a companhia, permite a fabricação de chapas com alta resistência mecânica.

A empresa não informou se haverá cortes de empregos na gerência de Chapas Grossas em Cubatão. Apenas adiantou oficiosamente que, diante da crise, vem desenvolvendo esforços para evitar essas medidas.

A suspensão operacional da unidade em Cubatão "reflete a desaceleração da produção do setor siderúrgico brasileiro, que tem vivido uma de suas piores crises", ainda na nota.

E acrescenta que os últimos dados do Instituto Aço Brasil reforçam este cenário: as vendas de produtos siderúrgicos para o mercado interno tiveram queda de 13,5% nos oito primeiros meses do ano, em comparação com o mesmo período de 2014.

CSN alonga dívida de R\$2,2 bi com Banco do Brasil

29/09/2015 – Fonte: Reuters

A Companhia Siderúrgica Nacional informou nesta sexta-feira que concluiu a operação de alongamento de prazo de parte de sua dívida com o Banco do Brasil, no montante de 2,208 bilhões de reais.

Dessa forma, a companhia desloca vencimentos nesse montante, previstos para 2016 e 2017, para o período entre 2020 e 2022, em parcelas igualmente distribuídas, segundo comunicado ao mercado.

No início de setembro, a siderúrgica anunciou ter concluído acordo com a Caixa Econômica Federal para alongamento de parte de sua dívida com o banco, no valor de 2,57 bilhões de reais.

O vencimento da dívida com a Caixa passou de entre 2016 e 2017 para entre 2018 e 2022, em "parcelas igualmente distribuídas", informou a companhia na ocasião.

O alongamento das dívidas deve aliviar a pressão sobre a companhia, que tem vencimentos de 7,4 bilhões de reais entre 2016 e 2017 e fechou o segundo trimestre com forte alta na alavancagem, em um momento de queda nos preços do minério de ferro e fraqueza na demanda por aço no Brasil.

Excesso de oferta de aço preocupa os produtores

29/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

A produção global de aço bruto manteve em agosto a toada de queda que se repete mês a mês ao longo de 2015. Com o novo resultado negativo, a produção nos oito primeiros meses do ano acumula queda de 2,3%, frente a igual período do ano passado, para 1,08 bilhão de toneladas, aponta a Worldsteel Association, entidade que reúne os 65 principais fabricantes mundiais.

A redução, ainda que traga alívio aos países produtores em um momento em que o consumo global não retornou os níveis anteriores à crise global de 2008, é considerada insignificante para endereçar o principal problema da indústria em anos recentes: a superoferta de aço.

Com capacidade instalada de 2,38 bilhões de toneladas e consumo aproximado de 1,66 bilhão de toneladas, a indústria siderúrgica global convive nos últimos anos com um excedente da ordem de 719 milhões de toneladas. Não restam dúvidas de que a China,

que responde por metade da produção global e por 417 milhões de toneladas desse volume excedente, é o maior "vilão" nesse cenário.

"E o que é pior: estão previstas capacidades adicionais de 106 milhões de toneladas no Oriente Médio, Índia e China até 2017. As consequências são as quedas dos preços dos principais produtos no mercado internacional", diz o presidente-executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes.

Acusada de práticas desleais no comércio internacional, a China tem como principais atores as usinas estatais ou mistas altamente subsidiadas pelo governo.

A situação levou uma série de associações siderúrgicas dos principais países produtores, incluindo o Brasil, a divulgar um manifesto em junho em que alertam para a ocorrência de "um novo padrão de normalidade" no mercado de aço, "no qual todas as regiões sofrem em função de um drástico aumento das importações desleais alimentado por uma imensa sobre capacidade. Pairando sobre isso está a China".

Uma situação que pode se tornar mais crítica. Com perspectiva de crescimento do PIB em 6,8%, este ano, e 6,3%, em 2016, a economia chinesa está em processo de desaceleração. Com menores encomendas dos setores demandantes de aço, a expectativa é que o consumo aparente chinês caia de 737 milhões de toneladas para algo em torno de 600 milhões de toneladas de aço nos próximos anos - para uma capacidade instalada de 1,2 bilhão de toneladas.

O excedente se transformaria em exportação. "Não há milagre. Ou a China corta capacidade instalada ou aumenta as exportações", diz Lopes.

No caso do Brasil, em que as usinas convivem com um cenário de vendas e consumo interno com retração de dois dígitos em 2015 e em que o mercado externo surge como solução no curto prazo. os preços internacionais deprimidos retiram parte da competitividade dos exportadores.

Haja vista que, no acumulado de janeiro a agosto, as vendas externas brasileiras cresceram 51,7% (em volume) e 7,9% (em valor). "O efeito China é sentido pelas usinas brasileiras no quesito preço.

O principal fator de risco para o mercado externo está relacionado a como se comportará a produção e o consumo na China", diz analista da Tendências Consultoria, Felipe Beraldi. Nas importações, a desvalorização do real contribuiu para a redução de 8% nas compras de produtos siderúrgicos de janeiro a agosto.

Ferro sem sinais de recuperação

29/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

Responsável por cerca de 50% da produção global de aço, o apetite chinês por minério de ferro exerce um peso significativo nas cotações internacionais da commodity. Afinal, é para lá que seguem dois terços dos embarques transoceânicos do minério.

Mas a desvalorização da cotação internacional do minério de ferro - uma queda de quase 70% desde 2011 - também reflete uma estratégia das grandes mineradoras globais para eliminar concorrentes de menor escala produtiva.

Em 2000 o mercado mundial de minério de ferro era de 454 milhões de toneladas. Em 2011, puxado pela demanda chinesa, o consumo mundial ultrapassou a marca de um bilhão de toneladas, segundo dados do Credit Suisse.

No período, a cotação internacional do minério de ferro registrou uma alta de mais de 1.100%, chegando a um pico de US\$ 180 a tonelada. "Essa extraordinária valorização

viabilizou inúmeros novos projetos minerais ao redor do mundo, resultando em uma superoferta global do minério", diz Pedro Galdi, analista da Whats Call Corretora.

A queda nos preços internacionais nos últimos quatro anos ocorreu mesmo com o consumo global de minério de ferro tendo apresentado crescimento, chegou a 1,37 bilhão de toneladas em 2014, conforme o Credit Suisse.

Segundo dados da Administração Geral de Alfândega da China, em 2015, até o mês de agosto, as importações de minério de ferro pelo país asiático somaram 612,96 milhões de toneladas, um recuo de apenas 0,2% em relação ao mesmo período de 2014.

Pedro Galdi diz que há um ajuste em curso na produção, com o adiamento de novos projetos por parte das mineradoras de médio porte e até mesmo a descontinuidade de minas que apresentam baixa performance.

Por outro lado, há uma concentração da atividade mineral nas operações de grande escala e custos bastante competitivos. Laura Brooks, analista da CRU Consulting, diz que esse ajuste da oferta é um processo lento e um equilíbrio no mercado só deve ser atingido em 2019. "Até lá, os preços do minério devem subir apenas sutilmente", diz.

O consultor Afonso Santorio, da EY, diz que a grande incógnita hoje no mercado está relacionado ao comportamento do consumo do minério, principalmente depois que a China reduziu seu ritmo de crescimento e adotou uma estratégia de expansão econômica estimulando o consumo das famílias e não tanto as obras de infraestrutura, como prevaleceu na última década.

As perspectivas sobre a demanda chinesa dividem as opiniões. Um dos maiores especialistas em China, o consultor americano Michael Pettis, afirmou recentemente que a cotação do minério de ferro ainda pode cair pelo menos 30%.

A previsão de uma queda de 30% em um prazo de 18 meses também consta de um relatório do Goldman Sachs Group divulgado em agosto.

O presidente da Vale, Murilo Ferreira, em entrevista ao Valor no início de setembro, tem opinião diferente. Ele acredita numa recuperação dos preços internacionais em um prazo não muito longínquo, puxado pela demanda por aço pelo mercado imobiliário chinês.

O consultor Eduardo Raffaini, da Deloitte, diz que no curto prazo não há um viés de alta nos preços do minério, mas ele já vê sinais de um aquecimento na demanda internacional puxada pelos Estados Unidos e Europa.

"São economias que já superaram a fase mais crítica de ajuste após a crise de 2008 e apresentam uma recuperação, mesmo que ainda pequena. O crescimento da China, na casa de 6% a 7% ao ano, não é tão exuberante como o patamar de dois dígitos de anos anteriores, mas é expressivo", afirma.

Raffaini diz ainda que existem demandas globais por infraestrutura reprimidas em países da África, Ásia e América Latina que podem impulsionar novos ciclos de alta nos preços do minério de ferro.

"A Índia cresce 6% ao ano, tem uma população de mais de um bilhão de pessoas e uma infraestrutura muito pobre. É uma candidata natural a comandar um novo ciclo de demanda pela commodity", afirma.

Em 2016 a América Latina atrairá mais investimentos em mineração do que o resto do mundo

29/09/2015 – Fonte: Portal O Geólogo

Um estudo feito pela Timetric's Mining Intelligence Center (MIC) com 630 gestores de mineração, indica que 16% deles pensam em investir mais na América Latina.

O número é significativo e mostra uma tendência interessante para a região.

Estes gestores estarão, também, investindo na África (10%), Ásia (9%), Europa (4%) e Austrália (3%).

Parte da atratividade da América Latina reside no fato que 15% das mineradoras locais estão em processo de expansão, o que não ocorre nas demais regiões.

A América Latina é a região do globo onde existe a maior perspectiva de investimentos futuros na mineração o que a torna um polo de atração de novos investidores.

Entidades mineradoras prevêem prejuízo com a elevação do ICMS

29/09/2015 – Fonte: Notícias de Mineração

A aprovação da elevação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) vai afetar todos os setores da economia do estado. Fundamental para as obras de infraestrutura e desenvolvimento, a mineração gaúcha está prevendo prejuízos para o ano que vem, quando o imposto passará a valer.

De acordo com o presidente da Associação Gaúcha dos Produtores de Brita, Areia e Saibro (Agabritas) e do Sindicato da Indústria da Mineração de Brita, Areia e Saibro do Estado do Rio Grande do Sul (Sindibritas), Pedro Antônio Reginato, o valor dos insumos para construção vai aumentar e isso será sentido por toda população.

- A mineração está com o ICMS reduzido de 17% para 12% desde 2008. Com a elevação para os 18% aprovados, o imposto terá 50% de aumento no nosso setor. Toda infraestrutura e toda construção civil depende dos insumos que a mineração fornece e o preço não terá como se manter no próximo ano.

O produto vai repassar esse aumento para o consumidor final, mas se não conseguir, esse empresário vai ficar no vermelho, terá prejuízos.

Estamos com demanda reprimida, com poucas obras, e estamos receosos de como será o próximo ano - salienta Pedro Antônio Reginato, que lembra que o setor, assim como toda sociedade, será atingido com o aumento do imposto: "certamente nosso setor sentirá o reflexo desses aumentos no próximo ano.

Não tem como fugir, pois a energia elétrica, por exemplo, atinge toda população. Nós trabalhamos com motores de grande capacidade e que utilizam bastante energia elétrica.

O preço da gasolina não nos afeta tanto, mas quem garante que o preço do diesel não aumentará também?"

Para tentar amenizar a situação, a Agabritas e o Sindibritas querem marcar um encontro com a Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul. A pauta será manter a alíquota do ICMS para a mineração em 12%.

29/09/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

Distante 500 quilômetros de Belo Horizonte, a capital mineira, o município de Paracatu pouco lembra os registros da vocação mineral do passado, encontrados nas cidades históricas do circuito turístico do Estado.

Os escassos relatos dão conta de que ali se deu a última grande descoberta aurífera regional do século 18. Na cidade, porém, é possível encontrar, hoje, 15 hotéis e moradores que acompanham de perto a cotação do metal. Em maior ou menor grau, os cerca de 90 mil habitantes dependem da maior mina de ouro a céu aberto do mundo, situada no município, nutrindo sentimentos de gratidão e ressalvas à atividade, pelas oportunidades e impactos que gera.

Nos últimos meses, mesmo quem sempre defendeu seus benefícios, não esconde os ressentimentos do momento de austeridade. “O preço do ouro caiu muito e diminuiu o serviço”, diz um fornecedor que não quis se identificar. Ele relata queda de até 80% na demanda.

Desde o pico mais recente, em 2011, o preço do ouro caiu quase 40%, obrigando as empresas a se ajustarem. Na busca por competitividade, a canadense Kinross, dona da mina local, desativou máquinas antigas, investiu na redução do consumo de energia e no aproveitamento de rejeitos. Para não demitir o excedente de mão de obra, realocou 150 funcionários.

Ainda assim, a vida útil do projeto, que era estimada até 2041, há quatro anos, foi reduzida para 2031. “Redução de produção não funciona para nós”, afirma Gilberto Azevedo, gerente geral da companhia. “Precisamos trabalhar no aumento da escala e na eficiência.”

O caso do ouro está longe de ser isolado e mostra a amplitude das dificuldades atuais na mineração. Neste ano, a produção mineral brasileira deve somar US\$ 38 bilhões, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

O montante é 5% inferior ao registrado em 2014 e 30% menor do que há quatro anos. A conta inclui mais de 20 tipos de minérios. O principal deles é o minério de ferro, responsável por quase 80% da produção e cuja cotação caiu cerca de 70%.

“Os preços estavam acima da realidade e se produzia de qualquer maneira porque os custos cobriam”, diz Marcelo Ribeiro Tunes, diretor do Ibram. “Na hora que chegou aos níveis normais, a nota de corte subiu.” Como no resto do mundo, projetos estão sendo revisados, adiados e até cancelados.

Muitas mineradoras de menor porte se inviabilizaram e as grandes ficaram mais seletivas.

A Vale, por exemplo, vendeu meganavios, participações em negócios secundários e passou a priorizar projetos mais rentáveis. O processo de adaptação deixa marcas pelo caminho.

Municípios mineradores de Minas Gerais, Estado responsável por pouco mais da metade da produção de metálicos, amargam uma queda de 30% na arrecadação, na média.

“Todas as cidades estão demitindo, cortando horas extras e parando de investir”, afirma José de Freitas Cordeiro, presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig).

Diante do quadro, o grupo, composto por 32 municípios, costurou um acordo com a Vale para que a companhia repasse cerca de R\$ 300 milhões de um valor de royalties que estava sendo questionado na Justiça.

Em Nova Lima, na região metropolitana de Belo Horizonte, onde a prefeitura teve de demitir servidores, estatísticas da Associação Comercial, Industrial e de Serviços (Acisni) dão a dimensão da crise: 191 empresas de pequeno e médio porte fecharam as portas neste ano. Na cadeia de fornecimento, fabricantes de equipamentos trabalham com metade da capacidade e contam uma redução de pessoal de 30%.

"Se as empresas locais não tiverem se adequando, vão ter muita dificuldade", diz Anderson Brini, vice-presidente da Metso, uma das maiores fornecedoras de máquinas ao setor. O grupo aposta nos serviços que ajudem a reduzir o custo das mineradoras para superar a crise. No setor, é consensual a visão de que a situação é transitória, até que se inicie um novo ciclo.

O que é impossível saber é quanto demorará a retomada. Até lá, restará às cidades mineiras dar mais atenção aos laços do passado do que do presente com a mineração.

Grandes mineradoras ampliam a produção

29/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

A estagnação do consumo chinês de minério de ferro, destino de dois terços do mercado transoceânico da commodity, e a queda dos preços internacionais em mais de 70% nos últimos quatro anos, reduziu a margem de lucro das grandes mineradoras internacionais, mas não a disposição das mesmas em investir.

Vale, BHP Billiton, Rio Tinto e Fortescue Metals, as quatro grandes do setor, desenvolvem projetos para a expansão da produção e conquista de novas fatias do mercado. Segundo estimativas do Citigroup, em 2013 as quatro atendiam 65% da demanda mundial. Essa participação pulou para 71% em 2014 e o banco prevê que as empresas deverão responder por 80% do mercado até 2018.

Pedro Galdi, analista da Whats Call Corretora, diz que o aumento de produção das grandes mineradoras é uma estratégia para eliminar concorrentes com menor escala de produção ou que ofertam minério com reduzido teor de ferro, abaixo de 50%.

Segundo Galdi, os altos preços do minério de ferro na última década - acima dos US\$ 100 a tonelada - levaram a uma entrada de novos players no mercado, gerando uma superoferta global da commodity.

Com o minério cotado na casa dos US\$ 55 a tonelada, essas novas companhias agora optam por reduzir ou encerrar suas atividades. "O que estamos assistindo é a um ajuste da oferta à demanda por meio da eliminação dos menos competitivos".

"Há uma reestruturação em curso no setor, que está longe de se completar", diz Laura Brooks, analista da CRU Consulting. Para Laura a agressividade das grandes companhias, principalmente as australianas, deve continuar até 2019, levando a um deslocamento do mercado rumo aos maiores players.

Fernando Coura, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), diz que a maioria das pequenas e médias mineradoras não possui flexibilidade para ajustar seus custos produtivos a um patamar inferior a US\$ 50 a tonelada. Elas só se viabilizam se engajadas em cadeias produtivas regionais de aço, sendo pouco competitivas em operações internacionais.

Apenas em 2015, estima-se que devem ser excluídos do mercado transoceânico minas que somam ofertas 90 milhões de toneladas. Bruno Scarpeli, gerente executivo da

australiana Centaurus Metal, confirma que estão parados dois projetos da mineradora na região de Ipatinga, Minas Gerais.

O projeto Jambreiro que exigiria investimentos de R\$ 100 milhões, incluindo uma unidade de beneficiamento, já conta com licença ambiental. "As obras vão começar quando os preços compensarem", diz o executivo.

Na China, detentora da quarta maior reserva de minério de ferro do mundo, a produção caiu 20% em 2014, para 311 milhões de toneladas e deverá ser reduzida novamente em 2015, para 271 milhões de toneladas, segundo relatório do Goldman Sachs Group.

As minas chinesas apresentam custo produtivo alto, devido ao baixo teor de ferro do minério produzido. Em direção oposta, as australianas Rio Tinto, BHP e Fortescue Metals acrescentaram uma oferta de 70 milhões de toneladas de minério de ferro apenas em 2015. A Vale, que destina por volta de 50% de sua produção para a China, reduziu seus custos e amplia sua oferta.

Anglo planeja otimização do Minas-Rio

29/09/2015 – Fonte: Diário do Comércio

A Anglo American solicitou à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) a licença prévia (LP), concomitante com a licença de instalação (LI), para otimização da extração de minério de ferro na Mina do Sapo.

O objetivo é o de garantir a continuidade da exploração minerária no âmbito do projeto Minas-Rio, com jazidas em Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, ambas no Médio Espinhaço. As licenças serão julgadas nesta segunda-feira

De acordo com informações do órgão ambiental, a otimização da Mina do Sapo é necessária para garantir a continuidade da exploração na jazida através da abertura de novas frentes de lavra e, conseqüentemente, garantir a segurança operacional do empreendimento, acarretando um incremento de aproximadamente 11 meses na exploração mineral no local.

As áreas previstas para a otimização da mina são contíguas às já licenciadas e toda a infraestrutura já existente será aproveitada, incluindo os alojamentos. As atividades estão previstas para ocorrer dentro de um prazo de aproximadamente 17 meses e, no pico das obras, 362 trabalhadores terceirizados devem trabalhar no projeto.

Segundo a Semad, estão previstas interferências nas estruturas já existentes do complexo, particularmente uma ampliação da pilha de estéril, que também é objeto do licenciamento. Nesse contexto, a ampliação da pilha também provocará interferências nas instalações administrativas utilizadas principalmente durante a implantação do Minas-Rio, as quais passarão por desmontagem e demolição.

Para conseguir as licenças para otimizar a extração do insumo siderúrgico na Mina do Sapo, a Anglo terá que cumprir 36 condicionantes antes ou durante o prazo de instalação do empreendimento, sendo que a maioria delas está ligada a questões ambientais e sociais, segundo informou a Semad.

Economia mineira fecha mais 23.849 vagas Ministro já admite o fim de 1 milhão de empregos Para especialistas, cenário é de deterioração Magnesita prevê aportes de R\$ 55 mi na Bahia Construção tem queda de atividade e emprego

Otimização - Em nota, a Anglo destacou que "para subsidiar o processo de licenciamento ambiental do projeto de otimização da mina, foram elaborados o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e Plano de Controle Ambiental (PCA), seguindo as melhores práticas para identificação e avaliação de

impactos ambientais e proposição de medidas de controle, mitigação e compensação adequadas às intervenções propostas".

A empresa também lembra que, em 30 de julho, foi realizada, em Conceição do Mato Dentro, uma audiência pública para apresentação e discussão do projeto de otimização com a comunidade local.

Sobre o projeto de otimização em si, a Anglo esclareceu que "otimizações e ajustes operacionais como esses fazem parte de um processo inerente para empreendimentos minerários, que apresentam uma dinâmica operacional de avanço das estruturas ao longo de sua vida útil".

"Dessa forma, operações como o Minas-Rio são planejadas levando em consideração a necessidade de avanço gradativo das frentes de lavra e das estruturas de apoio para exploração mineral frente aos prazos de vigência das licenças ambientais, assim como dos prazos de análise dos órgãos ambientais para emissão de novas licenças", acrescentou no documento.

O Minas-Rio entrou em operação em outubro do exercício passado, quando foram realizados os primeiros embarques. Conforme já informado pela mineradora, o projeto ainda está em fase de ramp up (comissionamento), que deve durar aproximadamente 20 meses, contados a partir do primeiro embarque, em outubro de 2014.

Além disso, a empresa também informou anteriormente que o sistema deve alcançar o ritmo de 80% de sua capacidade até o fim deste ano.

Exportações - No primeiro semestre, as exportações do sistema Minas-Rio chegaram a 2,639 milhões de toneladas de minério de ferro, com base nas informações do Sindicato Nacional da Indústria da Extração do Ferro e Metais Básicos (Sinferbase).

Os embarques são feitos através do Porto de Açú, em São João da Barra (RJ). A Anglo American é sócia da Prumo Logística no terminal portuário.

O projeto recebeu investimentos de R\$ 8,4 bilhões, destinados à produção de 26,5 milhões de toneladas ano. Além das minas e do terminal portuário, o empreendimento conta com um mineroduto de 529 quilômetros de extensão, o maior do planeta. O duto atravessa 33 municípios entre o complexo minerário em Conceição do Mato Dentro e o porto fluminense.

A projeção da Anglo é que a produção deste ano fique entre 11 milhões de toneladas e 14 milhões de toneladas de minério de ferro. Para o próximo exercício, o volume produzido do insumo siderúrgico deverá ficar entre 24 milhões de toneladas e 26 milhões de toneladas.

Sem questão fiscal resolvida, não há recuperação, diz Levy

29/09/2015 – Fonte: Valor Econômico

Após uma semana difícil em que o Congresso manteve alguns vetos presidenciais a medidas que aumentam as despesas públicas e o mercado de câmbio e juros passou por turbulências, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, deixou claro: "Sem a casa em ordem e a equação fiscal resolvida, não há recuperação".

O primeiro passo para a retomada do crescimento, disse em entrevista ao Valor, é assegurar os vetos da presidente Dilma Rousseff. Depois, "temos de criar as condições para a votação do Orçamento 2016 que garanta a meta de superávit de 0,7% do PIB e o fortalecimento fiscal nos anos seguintes".

Havendo acordo em torno disso, ele assegura que "a turbulência acaba e o crescimento virá em um ritmo bem mais rápido, porque ele já está contratado com as medidas tomadas no começo do ano".

O equilíbrio fiscal permitirá a redução dos juros mais adiante, mas para ter garantias de que será um crescimento sustentável será preciso um terceiro elemento, das reformas estruturais, que reduzam o custo de investir e criar emprego. "Parece longe, mas é urgente. E não podemos perder tempo", disse Levy. Leia, a seguir, a entrevista:

Valor: Forma-se um consenso no mercado de que a recessão se estenderá para 2016. Crescimento, para o Brasil, tornou-se miragem?

Joaquim Levy: A experiência mostra que, equacionada a questão fiscal, o crescimento vem com rapidez. Por duas razões: primeiro, porque as pessoas e empresas recuperam a confiança para levar seus planos avante.

Segundo, porque as taxas de juros longas começam a cair e as condições monetárias podem ser relaxadas. Com o fiscal em ordem, é fácil recuperar a demanda - o mais difícil é garantir as condições para a oferta responder mais à frente.

Valor: Como assim?

Levy: Veja a mudança do câmbio. Ela vai criar enorme demanda por produtos industriais domésticos. Se a oferta não for flexível, daqui a pouco teremos escassez e os preços começam a subir.

E aí, tem de apertar a política monetária outra vez. Aumento da oferta não depende de crédito subsidiado, mas de segurança macroeconômica, para o empresário tomar risco, e de mudanças estruturais que abram os mercados e aumentem a concorrência.

Para que novas empresas possam entrar e para que as existentes tenham que se modernizar.

Valor: Ou seja, para evitar outro "voo de galinha" depois de botar a casa em ordem?

Levy: Exato, você tocou no que eu chamo de "1, 2 e 3 do crescimento". Sem a casa em ordem e a equação fiscal resolvida, não há recuperação. Não adianta mais "estímulo".

Mas, mesmo com o equilíbrio fiscal permitindo o passo seguinte do relaxamento monetário logo adiante, não há garantia de sustentação do crescimento se não houver o terceiro elemento, das reformas estruturais, que reduzam o custo de investir e criar emprego.

Por isso, tenho trabalhado com o Congresso em agendas estruturais, aquilo que o senador Renan [Calheiros] chamou de "Agenda Brasil". Parece longe, mas é urgente. E não podemos perder tempo.

Valor: Como um ministro que está em permanente contato com o Congresso, o sr. vê condições de reconstruir a base de apoio político capaz de levar o governo adiante?

Levy: Sou jejuno em política. Mas, quando se tem um programa, fica mais fácil atrair apoios, mesmo que esse programa exija algum sacrifício inicialmente.

Para isso, o governo tem de ser transparente no diagnóstico, nas ações necessárias e no que espera obter. Garantir os vetos da Presidente é o primeiro passo para a retomada do crescimento.

Depois temos de criar as condições para a votação do Orçamento 2016 que garanta a meta de superávit de 0,7% do PIB e o fortalecimento fiscal nos anos seguintes.

Se houver acordo nisso, a turbulência acaba e o crescimento, estou certo disso, virá em um ritmo bem mais rápido, porque ele já está contratado com as medidas tomadas no começo do ano.

Valor: Como sair dessa espiral negativa?

Levy: Eu vinha dizendo no governo que o Orçamento 2016 seria o momento da verdade, porque ali a gente teria de enfrentar a realidade pós-boom das commodities e o fim do colchão fiscal usado nas políticas expansionistas dos anos anteriores.

De fato, é em volta do orçamento que as sociedades democráticas se organizam, expressam suas reais escolhas. Algo próximo a 90% do gasto público é relacionado a benefícios determinados por lei.

Por isso, antes de pensar em cortar benefícios, temos de pensar como economizar, melhorando a gestão e adaptando a legislação para diminuir o desperdício e melhorar o foco. Avaliar com rigor cada programa.

"Tinha gente que achava que o downgrade estava no preço e podíamos ser complacentes. Ficou claro que não estava"

Valor: O sr. mencionou mudanças na previdência rural e flexibilização das negociações trabalhistas. O que o tem em mente?

Levy: Enfrentar com muita transparência a discussão do gasto e das mudanças estruturais é essencial. Só assim as pessoas vão entender por que o governo está pedindo à sociedade para aceitar mais impostos e, desta forma, atravessar com segurança o momento atual.

Algumas dessas mudanças são parte da agenda anti voo de galinha. Pensar no mercado de trabalho quando a economia está se rebalanceando pode encurtar o período de ajuste e evitar maior retração do emprego.

Reforçar a segurança nas concessões, idem. O Congresso vai entender esse desafio, até porque, se a gente não fizer nada ou se perder em opções miríficas, as condições de financiamento para o Brasil vão se deteriorar muito rapidamente.

Valor: E como aprovar reformas com um Congresso hostil?

Levy: Às vezes, a gente tem de ser incômodo dentro do governo e até com a sociedade, mesmo sem gostar. É muito bom poder ser leão ou águia, mas, às vezes, tenho de ser como a burrinha do Balaão e até dizer coisas inesperadas.

Tinha gente que achava que o downgrade estava no preço e que, portanto, podíamos ser complacentes.

Ficou claro que não estava, e que temos rapidamente de fazer mais contenção nos gastos para contrabalançar impostos, porque a economia pode piorar se titubermos agora.

Valor: A meta do ano é realista?

Levy: A estratégia para 2015 foi de reduzir fortemente os gastos discricionários, minimizar o aumento de impostos e tentar levantar receitas com ações pró-crescimento. Economizamos R\$ 80 bilhões em relação ao orçamento aprovado e reintroduzimos o imposto verde da Cide no começo do ano.

Mas, principalmente, focamos na abertura de capital de várias empresas públicas e de setores cruciais para o crescimento. Assim, como dito no último relatório bimestral, o atingimento da meta não é isento de risco, porque depende das condições de mercado. Mas as novas outorgas de geração, que valorizam o mercado livre de energia e promovem a desindexação da economia, são muito boas.

Aliás, vale o mesmo quanto à solução para os eletrointensivos do Nordeste, também montada com o Ministério das Minas e Energia e que não ganhou muita publicidade. Essa solução mostra como baixar o custo de energia para a indústria sem jogar a conta para o Tesouro, dando previsibilidade para o consumidor e recursos para ampliar a capacidade

instalada, além de criar um piloto para avançarmos na redução permanente dos juros, ao desindexar os contratos.

Valor: Há uma visão de que as coisas no país vão piorar bem antes de melhorar. O desemprego, por exemplo. O sr. concorda?

Levy: Sem dúvida, o custo da inação é muito alto. Da mesma forma, os ganhos do governo afastar a ambiguidade fiscal e focar em uma agenda de crescimento são grandes.

Não só para o governo, mas para todos, inclusive, a oposição, se ela apoiar uma agenda específica para tirar o país da dificuldade. Como dizia naquele filme do Abraham Lincoln, uma casa dividida não subsiste. Ao que eu arriscaria acrescentar que uma casa plural, em geral, é muito forte.

Valor: Passados nove meses de governo, os ganhos iniciais de ancoragem das expectativas estão escapando. O que está errado?

Levy: É importante ter em mente que, apesar da turbulência, as transformações da economia estão em curso.

O equilíbrio externo está sendo fortalecido. A expectativa de inflação convergia para a meta de 4,5%, até surgirem dúvidas sobre o Orçamento 2016 e a aprovação tempestiva das medidas para apoiá-lo. Há esse represamento agora, mas, confirmado o compromisso fiscal do país, a recuperação será retomada.

Valor: Os preços dos ativos dispararam, exigindo ação do BC e do Tesouro. Foi ação coordenada? Foi o início de um ataque especulativo?

Levy: Como sempre, o BC e o Tesouro sincronizaram suas ações. O presidente Tombini e eu, assim como os técnicos, estamos sempre conversando e, respeitando-se as esferas de cada um, procuramos, em conjunto, tomar as ações mais eficazes possíveis.

Valor: Como, em um ambiente tão conflagrado, convencer o setor privado de que é preciso investir?

Levy: A minha experiência quando estava no setor privado indica que o principal nesse caso é haver um diagnóstico e medidas claras, mantidas com firmeza. Temos de investir naquele "1, 2, 3 do crescimento", a resposta é garantida.

Estou plenamente convicto de que as medidas que já adotamos e as propostas que temos elaborado ao longo desses meses serão o esteio da estabilização econômica e de um novo ciclo de desenvolvimento.

Essa é a missão a que me propus ano passado, com medidas que permitam uma travessia segura para a retomada do crescimento, criando as condições para o desenvolvimento social e econômico. Porque, em qualquer cenário, a política econômica saudável tem que buscar o desenvolvimento sustentado com equilíbrio fiscal.

Estratégias de fusões tendem a ser mais criteriosas no país

29/09/2015 – Fonte: GNews

Com o enfraquecimento da economia brasileira, que deverá encolher cerca de 1,8% este ano e uma taxa de inflação que deverá atingir 9,25%, os investidores tendem a se tornar mais cautelosos e críticos em suas estratégias de fusões e aquisições no País.

É o que aponta levantamento da Merrill DataSite. No entanto, a empresa afirma que alguns setores mostram-se mais resistentes em tempos de crise e sinalizam oportunidades de crescimento nessas atividades neste semestre.

Infraestrutura é um dos mais relevantes, cuja demanda reprimida deve continuar atraindo investidores.

Outro setor apontado como potencial no crescimento de fusões e aquisições no segundo semestre de 2015 é o hospitalar, que está preparando sua consolidação após lei promulgada no final de janeiro que permite investimentos de capital estrangeiro no Brasil.

Educação e saúde - indústrias menos impactadas pela desaceleração econômica - garantem boas oportunidades para iniciativas privadas, além do agronegócio, que deve manter as atividades.

Volkswagen vai reparar carros afetados por escândalo de emissão de poluentes

29/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A Volkswagen sinalizou nesta terça-feira, 29, que fará um recall de até 11 milhões de veículos em uma tentativa de responder ao escândalo sobre sua confissão de que fraudou testes de emissão de poluentes por motores a diesel nos Estados Unidos.

O novo presidente-executivo, Matthias Mueller, disse que a montadora alemã desenhou um “amplo” plano de reparo a ser submetido a reguladores com a meta de garantir que seus modelos a diesel se adéquem aos padrões de emissões de poluentes.

A montadora pedirá a clientes “nos próximos dias” que levem seus veículos a diesel equipados com software manipulado para um reparo e informará autoridades sobre consertos técnicos em outubro, disse Matthias Mueller em uma reunião a portas fechadas de cerca de mil gestores seniores na sede da Volkswagen em Wolfsburg, Alemanha, no fim da segunda-feira.

A companhia está sob enorme pressão para enfrentar sua maior crise corporativa em 78 anos de história.

O regulador alemão KBA estabeleceu como prazo a data de 7 de outubro para que a montadora apresente um plano para alinhar as emissões de poluentes de motores a diesel com a legislação.

A Volkswagen disse anteriormente que cerca de 11 milhões de veículos estão equipados com software capaz de fraudar testes de emissões, incluindo 5 milhões com a marca Volkswagen, 2,1 milhões da marca de luxo Auxi, 1,2 milhão na divisão tcheca Skoda e 1,8 milhão veículos comerciais leves.

Dólar deve pressionar tarifa da energia produzida por Itaipu

29/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O dólar deve pressionar a tarifa da energia produzida pela usina hidrelétrica de Itaipu, que, por ser um empreendimento binacional, do Brasil com o Paraguai, é cobrada em moeda americana.

Em novembro, Itaipu informará à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a cotação cambial que usará nos contratos com as distribuidoras de eletricidade. O diretor-geral de Itaipu, Jorge Samek, aposta que melhores condições nas chuvas no próximo verão permitirão às distribuidoras evitar repasses aos consumidores.

A perspectiva, disse Samek nesta segunda-feira, 28, é que, em novembro, a tarifa seja mantida em US\$ 37 por megawatt-hora (MWh), porém, com a alta do dólar, o desembolso em reais que será feito pelas distribuidoras vai subir.

Para justificar a tese de que Itaipu não vai onerar os orçamentos familiares ou de empresas, Samek argumenta que, ao mesmo tempo que a energia da hidrelétrica vai ficar mais cara, os gastos das distribuidoras com a compra de energia térmica vão cair, por causa das chuvas.

As térmicas, que vendem a valores mais altos do que as hidrelétricas, estavam sendo acionadas porque, com a seca, os reservatórios das hidrelétricas ficaram baixos, o que prejudicou o melhor aproveitamento dessas usinas. Sem energia hídrica suficiente, a saída das distribuidoras foi recorrer aos produtores térmicos.

Agora que a situação climática melhorou, os reservatórios voltaram a subir e as térmicas começam a ser desligadas. Para o ano que vem, as perspectivas são ainda melhores, segundo entidades do governo como a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

Com menos térmicas, os custos das distribuidoras caem, assim como a conta de luz do consumidor final. Além disso, disse Samek, com a entrada de novas usinas, como Jirau e Santo Antônio, instaladas no Rio Madeira, em Rondônia, Itaipu vem perdendo importância no setor elétrico.

A usina já não responde pela mesma participação de energia entregue às distribuidoras como no passado. Hoje, Itaipu entrega 17% do total de energia consumida no País.

“A cada ano, a cada usina nova que entra (no sistema interligado de energia), a participação relativa de Itaipu (no mercado fornecedor) diminui”, afirmou o executivo, antes de participar de seminário da FGV Energia, no Rio.

Samek espera uma redução na participação ainda que a perspectiva para 2016 seja de aumento da produção total de energia na usina. Neste ano, Itaipu deve gerar os mesmos 88 milhões de MWh do ano passado, mas, para o próximo ano, a projeção é alcançar 100 milhões de MWh, com o aumento dos reservatórios, decorrente das chuvas que o fenômeno climático El Niño deverão provocar.

Todo MWh que Itaipu produzir além da marca de 75 milhões de MWh sairá mais barato para as distribuidoras e também para o consumidor final. O desconto é previsto em contrato com o governo do Paraguai.

Além do valor da energia, à tarifa são acrescidos ainda impostos, gastos com o transporte da eletricidade e compensações pagas ao país vizinho pela energia à qual tem direito, mas é consumida no Brasil. A Eletrobras paga US\$ 2,80 e o Tesouro Nacional, US\$ 5,40.

Paraná Competitivo atrai só R\$ 318 milhões em 2015

29/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A crise econômica e a queda na confiança do empresariado brasileiro não pouparam o Paraná Competitivo. Nos sete primeiros meses deste ano, apenas três empresas assinaram protocolos de adesão ao regime de incentivos fiscais, com a promessa de investir R\$ 318 milhões no estado, conforme levantamento da Secretaria de Estado da Fazenda. De 2011 a 2014, o programa contabilizou uma média de 50 protocolos e R\$ 6,1 bilhões em investimentos anunciados por ano.

O número de empregos também despencou. Nos quatro primeiros anos do Paraná Competitivo, os empreendimentos anunciados a cada ano prometiam gerar uma média de

25 mil postos de trabalho, em média. Em 2015, o total de novas vagas estimadas pelas empresas enquadradas é de apenas 155.

Os projetos que aderiram ao programa neste ano são da multinacional suíça SIG Combibloc, fabricante de embalagens cartonadas instalada em Campo Largo, na Grande Curitiba; a fiação Fiasul, de Toledo (Oeste); e a AM/PM Comestíveis, empresa que administra as lojas de conveniência dos postos Ipiranga.

A SIG vai investir R\$ 221 milhões em sua fábrica. O projeto, que vai ampliar a capacidade produtiva em 40%, deve criar 65 vagas de trabalho. A mesma empresa havia enquadrado, anteriormente, um empreendimento de R\$ 330 milhões no Paraná Competitivo.

A Fiasul vai destinar boa parte dos R\$ 90,4 milhões anunciados para reconstruir sua fábrica, consumida por um incêndio no fim de 2014. O investimento não vai ampliar o quadro de pessoal da empresa, segundo a lista da Secretaria da Fazenda.

A AM/PM Comestíveis, por sua vez, vai desembolsar R\$ 6,3 milhões em local ainda não definido, com geração de 90 empregos.

Concentração

Ao todo, o regime de incentivos fiscais atraiu R\$ 24,8 bilhões em incentivos privados desde seu lançamento. Quase 90% desse valor foi ou será aplicado em cidades da Grande Curitiba e dos Campos Gerais, regiões que respondem por 51,3% do PIB paranaense.

Em contrapartida, as outras oito regiões, responsáveis por 48,7% da produção de riquezas do estado, vão dividir menos de 10% dos investimentos enquadrados.

“Risco Brasil” em alta

29/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Nas últimas semanas, entrou em cena uma expressão do mercado financeiro internacional prejudicial ao Brasil. Trata-se do Credit Default Swap (CDS), expressão estranha para a maioria da população por ser restrita ao mundo das finanças mundiais.

A entrada em cena dos CDS está ligada à desconfiança dos agentes financeiros internacionais na capacidade do Brasil em pagar suas dívidas no exterior e do aumento do custo de seguro das dívidas brasileiras.

Tanto o governo quanto empresas brasileiras têm títulos financeiros vendidos no exterior e empréstimos devidos a instituições. Entre os maiores devedores no mercado exterior está a Petrobras, e a redução da confiança na capacidade de pagamento do governo e das empresas brasileiras começou quando a agência de avaliação de risco Standard & Poor's tirou o Brasil do grupo dos bons pagadores, ao rebaixar a nota de crédito da dívida do Brasil de BBB- para BB+.

Além da S&P, Moody's e Fitch são as três principais agências de classificação de risco, que analisam os países e suas empresas para auxiliar os investidores internacionais na decisão de aplicar seus recursos em papéis que representam dívida dos governos e das empresas.

Quando a nota de um país e suas empresas é rebaixada, os investidores passam a cobrar maior taxa de juros nos empréstimos concedidos. Como o Brasil vem acumulando uma série de indicadores ruins – como queda do PIB, aumento da inflação, crescimento do déficit público, piora no saldo do balanço de pagamento e instabilidade política –, a nota do país foi rebaixada, provocando o efeito de encarecer o custo dos empréstimos obtidos no exterior.

Mais recentemente, outra consequência negativa ganhou as manchetes: o aumento do prêmio de seguro pago pelos credores do Brasil nos derivativos chamados Credit Default Swap (CDS).

Os bancos e os fundos de investimento serão levados a repassar o custo dos CDS para a taxa de juros bruta cobrada nos títulos da dívida brasileira.

Os tais CDS nada mais são do que uma espécie de seguro que os bancos e investidores fazem para se proteger de eventual inadimplência ou calote dos devedores. Embora o nome pareça estranho, a essência dos CDS é simples.

Um banco estrangeiro empresta dinheiro ao governo brasileiro ou a alguma empresa sediada no Brasil, vai a uma seguradora e contrata um seguro contra eventual inadimplência ou calote do devedor.

Mediante um prêmio pago à seguradora, esta garante pagamento ao credor caso o devedor brasileiro não honre o compromisso. À moda de um seguro qualquer, o prêmio pago à seguradora é calculado segundo o risco atribuído à capacidade do Brasil em honrar suas dívidas no vencimento.

As operações de CDS são comuns no mercado internacional e, segundo recentes estimativas, há mais de US\$ 60 trilhões de dívida externa segurada por esse mecanismo.

Mesmo antes do rebaixamento, as seguradoras internacionais já estavam elevando o prêmio de seguro embutido nos CDS destinados a cobrir dívidas do governo e das empresas brasileiras com débitos no exterior por causa da piora da situação econômica e política do Brasil: segundo levantamento do jornal *O Globo*, com dados da Bloomberg, nosso "risco país" teve a maior elevação entre 43 emergentes nos últimos três meses, com alta de 96%. Os 478 pontos atingidos no fim da semana passada colocam o Brasil atrás apenas de Venezuela, Ucrânia e Paquistão.

Quando Lula disse, na Argentina, que o rebaixamento da nota brasileira na classificação de risco não significa nada, o ex-presidente ou desconhecia as consequências reais do ato ou simplesmente fez uma bravata política sem conteúdo técnico algum.

Para um país que depende do mercado internacional para o êxito de sua economia, o rebaixamento da nota de crédito e a diminuição da confiança estrangeira na capacidade do país de honrar seus compromissos são notícias muito ruins, com o poder de drenar mais recursos para o exterior sob a forma de elevação do custo de financiamento externo e aumento da dificuldade na obtenção de empréstimos e na venda de títulos financeiros no exterior.

Os bancos e os fundos de investimento serão levados a repassar o custo dos CDS para a taxa de juros bruta cobrada nos títulos da dívida brasileira.

A elevação do prêmio de seguro nas operações de CDS significa que as seguradoras julgam que pioraram as condições econômicas do Brasil e que aumentou o risco do país e de suas empresas em pagar no vencimento suas dívidas em moeda estrangeira. Não se trata de nenhum complô ou má vontade contra o Brasil: são apenas negócios.

A mania de algumas autoridades e alguns políticos de verem má vontade do mercado financeiro internacional com o Brasil não tem base técnica e serve apenas de escapismo e negação dos reais problemas brasileiros.

Melhor seria tentar entender por que o país chegou a essa situação e buscar soluções inteligentes para os problemas nacionais.

Renault lança Duster Oroch por R\$ 62.290; vendas começam em novembro

29/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A partir desta segunda-feira (28), o mercado de picapes no Brasil começa a escrever um novo capítulo. A Renault lança oficialmente a DusterOroch, que estará nas lojas a partir da próxima semana para test drive.

A pré-venda começa em 10 de outubro e as vendas oficiais só em novembro. Os preços começam em R\$ 62.290 na versão Expression 1.6 e vão a R\$ 70.790 na Dynamique 2.0. Há ainda a configuração intermediária Dynamique 1.6, por R\$ 66.790.

Feita em São José dos Pinhais, na Grande Curitiba, o modelo chega com status de quem inaugura um novo segmento no mercado, o de picape compacta-média. Ele ficará posicionado entre as pequenas Fiat Strada e Volkswagen Saveiro, e as médias, como Chevrolet S10 e Toyota Hilux.

A receita do Oroch é aliar o conforto de um carro de passeio com a versatilidade e a robustez de um utilitário. Receita que a marca francesa confia ser o principal chamariz para o futuro sucesso do carro.

Além do nome, retirado de uma tribo russa de apenas 500 habitantes, que vive na divisa com a Ucrânia, a novidade também adota a plataforma do Duster, porém com algumas adaptações para adequar à proposta do veículo.

Para começar, ela é oferecida apenas com cabine dupla. São 4,69 metros de comprimento e 2,83 m de entre-eixos, números que garantem um bom espaço interno para levar até cinco pessoas sem apertos.

A capacidade de carga é generosa. A caçamba de 1,35 m de comprimento suporta 650 kg e pode receber até 683 litros. Se precisar de mais espaço, há um extensor de caçamba que será vendido como acessório e poderá aumentar seu comprimento para 2 metros, além de um ganho de 306 litros no volume para bagagens. A marca afirma que tal ajuste possibilita, por exemplo, carregar uma moto no compartimento.

Motorização

O modelo usará os mesmos motores da linha Duster: 1.6 flex, de 110/ 115 cv (gasolina/etanol) e 15,1/ 15,9 kgfm de torque (g/e), e 2.0 16V flex, de 143/ 148 cv e 20,2/ 20,9 kgfm (g/e). Por enquanto, a opção de câmbio é apenas manual, de cinco velocidades para o bloco mais fraco, e de seis para o mais potente. Futuramente, será adicionada a transmissão automática, mas a Renault não adiantou a data.

A suspensão é independente multilink, derivada também do Duster, que propicia maior conforto, menor nível de ruído e estabilidade em diferentes pisos. Já a suspensão dianteira independente é do tipo MacPherson, com molas helicoidais e barra estabilizadora.

De série, a picape vem com direção hidráulica, vidros e travas elétricas, ar-condicionado, rodas de liga leve aro 16, alerta sonoro de luz acesa, protetor de caçamba, sistema de som com AUX/USB/bluetooth e comandos no volante, barras de teto e santantônio. Retrovisores elétricos e faróis de neblina são opcionais, ao custo de R\$ 700.

No acabamento Dynamique, o modelo agrega central multimídia Media NavEvolution 2.0, com tela de 7 polegadas e GPS, faróis de neblina, piloto automático, sensor de estacionamento, volante com acabamento em couro e computador de bordo. Bancos em couro são opcionais e saem por R\$ 1.700.

Visual



Vista de frente, o Oroch é semelhante ao SUV. A grade dianteira é formada por uma faixa horizontal dupla em preto brilhante e com o logotipo da marca em destaque ao centro, que cobre a grade padrão colmeia.

O farol é todo seccionado, adotando filetes em prata nas bordas. O para-choque também ganhou enorme aplique na cor prata, com tomada de ar centralizada.

O carro exibe um estilo próprio a partir da coluna C. A caçamba traz barras de apoio, conectadas ao teto por peças que formam o santantonio e o rack. As lanternas possuem novo desenho, distinto do Duster. Por dentro, tudo é igual entre os irmãos de plataforma.

Concorrência

A Fiat prepara também o lançamento de sua picape, já em produção na planta de Goiana (PE) e que estreará em fevereiro de 2016.

Batizada de Toro, conforme ventilado nos bastidores, não deverá ser um concorrente direto do Oroch. Pelo porte maior brigará no andar de cima com as versões de entrada dos modelos médios, e também 'roubará' clientes de sedãs e hatches médios.

Da mesma plataforma do Jeep Renegade, o Toro compartilhará os motores 1.8 E.torq, de 132 cv, e 2.0 Multijet turbodiesel, de 170 cv. É provável que a configuração de entrada do Toro seja a única a incomodar o Oroch, que, por sua vez, duelará com a Strada cabine dupla.

Pacotão tem votação decisiva nesta terça-feira (29)

29/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



As votações restantes do "pacote anticrise" proposto pelo governador Beto Richa (PSDB) vão ocorrer nesta terça-feira (29) no plenário da Assembleia Legislativa. Na sessão desta segunda (28) da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o líder do governo e relator da proposta, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), acatou as 44 emendas apresentadas ao texto, mas um pedido de vista coletivo adiou a análise do relatório para esta terça.

O Executivo tem pressa para aprovar o projeto ainda neste mês, a tempo de que as mudanças tributárias já possam valer a partir de 1.º de janeiro, devido ao princípio da noventena.

A decisão de Romanelli de julgar constitucional todas as emendas – inclusive as da oposição – faz parte da estratégia de não protelar a discussão do projeto. Na verdade, o peemedebista já tem em mente quais alterações deverão ou não ser aprovadas pela base aliada em plenário.

A tendência é que, na segunda e decisiva votação da matéria, as emendas sejam analisadas em bloco: de um lado, as que serão anexadas ao texto original; e de outro, as que devem ser rejeitadas pela ampla maioria governista.

O pacote

Lançado no dia 3 de setembro com propostas para driblar a crise econômica, o pacote foi construído basicamente para engordar os cofres do estado, que, até agosto, já registravam um superávit de R\$ 2 bilhões. No total, o projeto engloba quase duas dezenas de medidas que vão de mudanças na cobrança de ICMS, IPVA e ITCMD – o imposto sobre heranças e doações – até alterações na Parana Previdência.

Em relação ao ICMS, o Executivo propõe a inclusão na cobrança do imposto de operações de contribuintes nas quais o tributo é recolhido apenas no estado de origem. Hoje, se um paranaense faz uma compra por internet ou telefone de uma empresa sediada em São Paulo, por exemplo, o ICMS é pago integralmente ao estado vizinho. Com o projeto, a diferença entre o percentual das alíquotas cobradas em cada estado deverá ser recolhida pela loja à Receita do Paraná.

Também sobre ICMS, o governo quer criar o Fundo de Combate à Pobreza, constituído por 2% do imposto cobrado sobre alguns produtos (cerca de R\$ 400 milhões). Como a medida diminui os repasses da cota do tributo para as prefeituras – e outros poderes –, uma emenda da oposição defende que os recursos do fundo não possam ser incorporados ao caixa único do Executivo, o que permitiria seu uso em qualquer atividade.

Os opositoristas ainda tentam retirar do texto a previsão de que o governo manterá para si o dinheiro da gestão da folha dos inativos do estado a um banco, a ser fechada nas próximas semanas. A última venda, de 2010, foi para a Caixa Econômica. O valor de R\$ 90 milhões foi revertido à Parana Previdência – o que não aconteceria agora.

Renegociação cresce como opção para evitar perda de bens

29/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Financiamentos de imóveis e veículos têm sido afetados pela queda nas vendas e a falta de apetite do consumidor em se arriscar com novas dívidas. O número de contratos de veículos financiados no país registrou queda de 11% no primeiro semestre de 2015, comparado ao mesmo período do ano passado, conforme levantamento da Cetip, empresa integradora do mercado financeiro que concentra os dados das financiadoras no Brasil. Entre os veículos novos, a redução é ainda mais expressiva: 19%.

No mercado imobiliário, o comportamento do consumidor é semelhante: os contratos caíram 22% na comparação do mesmo período, de acordo com dados da Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip).

Mas há outra ponta da cadeia que também revela o efeito perverso da recessão. A inadimplência da clientela está forçando a renegociação de contratos, sob pena de perda do bem. Dados da Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (Arisp) mostram que 334 unidades financiadas foram retomadas na capital paulista em 2015, equivalente a 64% do total recuperado pelos credores no ano passado. Em 2014, 517 imóveis voltaram aos financiadores, o maior número desde 2004.

“A situação demonstra o fim de uma tolerância comum no mercado em relação ao inadimplente. O banco não quer o bem de volta, ele quer que a dívida seja paga”, diz o presidente da Associação Brasileira dos Mutuários da Habitação, Lúcio Delfino.

Mudanças nas regras do financiamento imobiliário aplicadas desde 2000 facilitaram a retomada do bem. A alienação fiduciária, criada em meados de 1997, permite o resgate do imóvel a partir da primeira prestação em atraso. Em geral, os contratos preveem a ação a partir da terceira parcela não paga.

“O processo de execução custa caro ao credor, e historicamente, os bancos tinham maior flexibilidade com inadimplentes, especialmente em relação aos financiamentos subsidiados”, explica Delfino.

Crédito

A busca do consumidor por crédito no país caiu 9,2% no acumulado de janeiro a agosto deste ano, na comparação com o mesmo período de 2014, informou nesta segunda-feira (28) a Boa Vista SCPC (Serviço Central de Proteção ao Crédito). Em relação ao mesmo mês de 2014, a diminuição foi de 4%. A redução na busca por crédito representa cautela do consumidor em um período de incerteza econômica, avaliaram em nota os economistas da Boa Vista SCPC.

Habitação

Até mesmo mutuários do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) estão na mira. A Caixa Econômica Federal (CEF) anunciou a retomada de bens dos beneficiários da faixa 1, com renda até R\$ 1,6 mil e prestações de até R\$ 25, que concentram a maior fatia de inadimplência do programa.

“No caso do MCMV, o mutuário pode recorrer ao fundo garantidor, comprovando a queda de renda para solicitar a cobertura de 12 a 36 meses. Mas é preciso estar atento: a dívida não está sendo perdoadada, apenas embutida no saldo devedor, com aumento de prazo, incluindo os juros e a correção monetária”, aponta Delfino.

Em qualquer um dos modelos de financiamento, quem não consegue honrar os compromissos deve recorrer à negociação para não perder o investimento feito até agora.

Além do uso do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para abater a dívida, o mutuário precisa avaliar as reais condições de pagamento antes de fazer nova proposta ao credor.

“Em alguns casos, a venda do imóvel pode ser a saída para quitar o financiamento e evitar perdas maiores. Quando o bem vai a leilão, é comum ser vendido pelo valor da dívida e o devedor ficar sem receber possíveis diferenças de valores”, reforça Delfino.

Descontrole financeiro é um dos principais vilões

O primeiro carro comprado pela vendedora S.G., de 38 anos, não pode sair da garagem sob o risco de ser apreendido.

Há mais de um ano, ela tenta renegociar o contrato de financiamento, firmado em 2011, para pagamento de 60 parcelas de R\$ 950 por um Uno zero quilômetro.

Na época da compra, com crédito fácil e salário compatível com a dívida, ela não teve problemas para quitar seus compromissos até a 30ª parcela. Depois de atrasar cinco prestações por causa de mudanças de emprego, a vendedora iniciou as revisões do contrato.

“Tentei usar a indenização trabalhista para quitar a dívida. Mas a proposta da financiadora ainda tinha juros muito altos, equivalentes a outro carro novo”, conta.

Ao voltar para o mercado de trabalho depois de um ano e meia desempregada, a vendedora pretende levantar caixa até dezembro para fazer uma nova proposta e evitar o cumprimento da busca e apreensão.

O comerciário Claudinei Hernandez ficou mais de um ano sem pagar as prestações do Astra 2011 que financiou por R\$ 14 mil. Um descontrole nas contas o levou ao rotativo do cartão de crédito, o que só contribuiu para aumentar a confusão na vida financeira. As negociações começaram em fevereiro e a dívida foi quitada em maio.

“Chegamos a um acordo com os valores e evitei a busca e apreensão do bem”, comemora. O consultor Christian Miguel lembra que as revisões não têm prazo médio para acontecer e dependem de cada instituição financeira.

“Pode ser resolvido em 15 dias ou mais de um ano. O importante é não pagar além do que é devido”, diz.

MENOS CONTRATOS

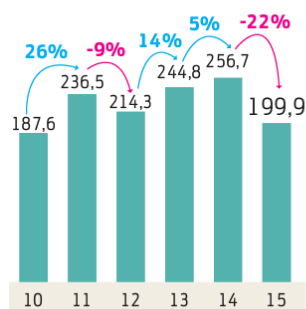
Recessão derrubou o volume de financiamentos de veículos e imóveis, na comparação entre o primeiro semestre de 2014 o mesmo período de 2015.

OPERAÇÕES CONTRATADAS

Com recursos de caderneta de poupança para construções, reformas e aquisições

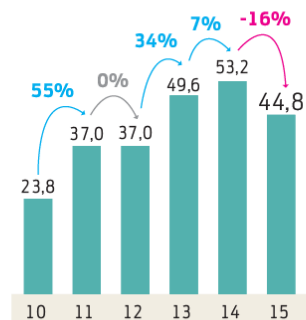
Unidades

Em milhares, 1º semestre



Valor

Em R\$ milhões, 1º semestre

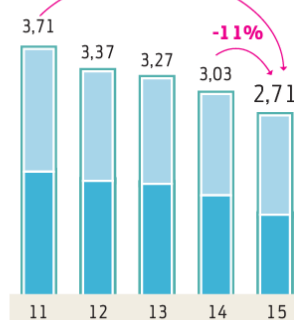


VEÍCULOS

Em milhões de unidades no 1º semestre

Usado

Novo



Fonte: Abecip - Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança, Cetip. Infografia: Gazeta do Povo.

É preciso atenção às condições da revisão dos contratos

A Cetip, operadora do maior banco de dados privado de informações sobre financiamentos de veículos do país, o Sistema Nacional de Gravames (SNG), não tem recortes sobre o volume de contratos que acabam refinanciados durante o período de vigência.

“O controle de inadimplência e refinanciamento é feito pelos credores, que retiram a restrição do bem na quitação do financiamento”, explica Marcus Lavorato, gerente de Relações Institucionais da Cetip. Para o executivo, a queda nos registros está de acordo com o movimento do mercado.

“Houve uma retração importante no setor automotivo, que acaba refletindo no volume de contratos. Consumidores estão com medo do desemprego e desconfiam da recuperação da economia”, diz.

Entre os clientes da Fiel Consultoria, de Curitiba, 60% estão renegociando financiamentos de veículos. “É o efeito da queda da renda, afetada pela retração do mercado de trabalho. Quando os bens foram adquiridos, a situação era outra.

O consumo foi estimulado pelo crédito fácil e barato, além de isenções tributárias que reduziram preços e facilitaram o pagamento, sem falar no nível de desemprego, que era bem menor”, observa o diretor jurídico da Fiel, Christian Miguel.

A renegociação tenta melhorar as condições da dívida. Os bancos já podem acionar os inadimplentes a partir do quinto dia de atraso da prestação.

Mas a execução acaba sendo outro mecanismo de cobrança, uma vez que, em média, 40% dos clientes cujo os bens estão sob mandato de busca e apreensão acabam pagando a conta.

“O importante é estar atento às taxas abusivas, como a de cadastro quando o inadimplente já é cliente do banco credor. Muitas vezes, esticar o prazo e reduzir a parcela pode esconder um aumento de juros desproporcional”, alerta Miguel.

Aumento da dívida pública é maior preocupação para queda no rating do Brasil, afirma Fitch

29/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O diretor-executivo da Fitch Rating para o Brasil, Rafael Guedes, afirmou nesta segunda-feira, 28, que “a dinâmica da dívida é preocupação número 1 de analistas” da agência internacional para a avaliação da nota soberana do país. Ele destacou também que para a análise da trajetória do passivo bruto público também contribui como o Congresso se comportará para aprovar medidas do ajuste fiscal proposto pelo governo.

“A perda significativa de reservas também pode causar rebaixamento de um país. Mas as reservas no Brasil estão bem e são robustas. Esse é o único ponto positivo”, comentou Rafael Guedes. Ele também apontou que outros dois fatores poderiam ser uma piora substancial das dívidas de bancos públicos e uma deterioração do perfil da dívida pública interna, que não está no seu cenário-base, inclusive porque apresentou grande melhora na última década.

Guedes afirmou que é “viável” para o país atingir um cenário econômico no qual evitará o avanço da dívida pública bruta. “Essa dívida está em 65% do PIB e está encostando em 70%”, comentou. “Para estabilizá-la, é preciso um crescimento do país próximo a 2% e superávit primário ao redor de 2,5% do PIB. É bastante factível para que o Brasil atinja essas marcas”, destacou.

“Mas com investimento baixo, a 16% do PIB, o país não consegue crescer 2%”, ponderou Guedes. Ele ressaltou que o desequilíbrio da economia pode também ser identificado na elevação expressiva do déficit nominal, que atingiu 6,5% do PIB em 2014 e caminha para 9% do PIB neste ano.

Guedes avaliou que as medidas relativas ao ajuste fiscal proposto pelo governo para 2016, com uma meta de superávit primário de 0,7% do PIB, podem ser aceitas pelo Congresso. “O ajuste não tem medidas difíceis de serem aprovadas, desde que haja consenso da base (do governo)”, comentou. “Uma coisa é a vontade da equipe econômica, outra é a capacidade de passar medidas.”

“Ajuste fiscal com economia em retração é extremamente difícil”, comentou Guedes. “O primário de 0,7% do PIB depende de uma série de medidas.” Ele ressaltou que no início deste ano o Congresso não ajudou o governo na aprovação de ações corretivas das contas públicas. Ele destacou que a perspectiva negativa do Brasil indica que há risco maior de 50% para que a nota soberana do país seja rebaixada entre 12 e 18 meses.

Ponto negativo

Guedes afirmou que a área fiscal é “tradicionalmente um ponto negativo” da economia brasileira. Ele destacou que o governo tem uma meta de 0,7% do PIB de superávit primário para 2016, mas que ainda não é nítido que o poder Executivo conseguirá alcançá-la.

“O governo está mostrando que está enfrentando um Congresso que não o tem apoiado”, comentou Guedes. “O cenário-base (do poder Executivo) para a economia está ficando distante daquilo que será entregue”, apontou.

Para Guedes, os analistas da Fitch que avaliam o Brasil analisavam em abril um cenário de estabilidade da dívida pública bruta até 2018. Mas como os indicadores econômicos se deterioraram desde aquele mês, quando a agência reduziu a perspectiva do país de neutra para negativa, isso está sendo ponderado pelos especialistas da agência internacional.

“A capacidade de pagamento da dívida tem se alterado significativamente”, ponderou, referindo-se à piora de resultados fiscais e de atividade desde o início do ano.

“Vamos olhar agora as novas premissas. Vamos avaliar se a expectativa de estabilidade da dinâmica da dívida pública para 2018 vai ser impactada ou não”, comentou. “Conforme o cenário-base dos analistas, o Comitê da Fitch vai avaliar.”

Guedes ponderou que o Brasil tem um problema estrutural de crescimento, que está relacionado com vários fatores, como baixo nível de investimentos. “Crescimento e confiança baixos e o Congresso não ajuda”, disse. “É um quadro difícil.”

Contas externas

O diretor da Fitch destacou ainda que “a piora das contas externas do Brasil está se ajustando muito rápido”, sobretudo com a expressiva desvalorização do real ante o dólar desde o início do ano. “O déficit de transações correntes deve baixar de US\$ 103 bilhões em 2014 para perto de US\$ 70 bilhões em 2015”, comentou.

Na avaliação de Guedes, por outro lado, a grande “volatilidade” do câmbio desde o começo de 2015 gera um quadro de dúvida e instabilidade que afeta “o ingresso e saída de investimentos no País.”

Segundo ele, um movimento malfeito de gestores de recursos ao considerar uma determinada cotação do dólar pode comprometer o resultado de sua aplicação relativa a um período de “seis meses ou até de um ano inteiro”.

Com mais procura e sem novas vagas, desemprego no tri até julho vai a 8,6%

29/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O mercado de trabalho brasileiro continua sem ter como acomodar a crescente parcela da população que está em busca de emprego. Novas vagas não têm sido criadas na mesma proporção em que cresce a quantidade de pessoas que buscam inserção. O fenômeno pressiona para cima as taxas de desemprego.

A taxa de desemprego do trimestre encerrado em julho foi de 8,6%, divulgou, nesta terça-feira (29), o IBGE.

Em igual período do ano passado, a taxa havia sido de 6,9%. No trimestre imediatamente anterior (fevereiro, março e abril de 2015), a taxa era de 8%. É o maior valor da série de estudos, iniciada em janeiro de 2012.

O valor está em linha com a expectativa de economistas consultados pela agência internacional Bloomberg, que previam desemprego em 8,5%.

A população desocupada —desempregados que estão em busca de oportunidades— atingiu, no trimestre encerrado em julho, 8,622 milhões de pessoas.

Jeep reconstrói rápido imagem no País

29/09/2015 – Fonte: Automotive Business



Em apenas um ano, a bem-sucedida estratégia traçada pela Fiat Chrysler Automobiles (FCA) para reconstruir a imagem da Jeep no Brasil levou a marca a uma escalada meteórica: pouco antes do fim de setembro ela já era a nona mais vendida do mercado nacional de automóveis e seu principal produto, o Renegade fabricado em Goiana (PE) que chegou às concessionárias em maio passado, já figurava como décimo mais emplacado no mês.

No III Fórum de Marketing Automotivo, promovido por Automotive Business na segunda-feira, 28, Marcella Campos, diretora de marketing da Jeep no Brasil, contou como foi planejada e executada a campanha que recriou a imagem da marca no País, cuja história remonta ao velho Jeep Willys fabricado por aqui entre 1954 e 1982.

“A Jeep já era uma marca lendária entre os brasileiros, mas estava apagada, negligenciada. Tinha atributos como liberdade, aventura, força, robustez, mas era como um leão velho que não rugia mais. Nossa principal missão era resgatar essa imagem e reconstruí-la com adição de novos valores, como tecnologia, design e conforto”, lembra Marcella.

Ela diz que o trabalho começou na edição de 2014 do Salão do Automóvel de São Paulo, quando o Renegade foi apresentado ao público brasileiro pela primeira vez.

Antes disso, porém, foi feito um intenso planejamento com as quatro agências que atendem o grupo FCA no Brasil. A ideia, segundo Marcella, era fazer algo diferente: “Outras marcas e produtos, como os veículos Mitsubishi ou o Ford EcoSport, já exploravam aqui muito bem os valores da Jeep, como liberdade e aventura. Tínhamos de fazer diferente para que o leão voltasse a rugir”.

Para fazer essa diferença, a estratégia foi criar uma comunicação diferente, em que a marca é mais importante do que a imagem dos carros que ela faz. Optou-se por peças com linguagem poética, para anunciar a volta da Jeep ao País.

Antes do lançamento do Renegade e ainda com verba curta, a primeira dessas peças foi um vídeo veiculado no YouTube, no qual em um minuto foram mostradas apenas seis imagens muito curtas e suaves dos carros da marca. “Em outra montadora onde já trabalhei isso não seria permitido, teríamos de inserir obrigatoriamente imagens dos produtos na maior parte do vídeo.

Mas na Jeep tivemos a liberdade e o espírito beta de uma startup para trabalhar. Por isso conseguimos fazer diferente”, conta Marcella.

A campanha que se seguiu continuou com a mesma linguagem, mas foi ampliada para TV aberta e veículos impressos de grande circulação. O objetivo foi alcançar a máxima amplitude, com participação em todas as mídias. “Quando abrimos a campanha foi o primeiro filme publicitário a figurar no top 3 do YouTube no Brasil”, lembra a executiva.

Outro objetivo foi aliar à campanha a fábrica de Goiana – um investimento de R\$ 7

bilhões da FCA em um dos complexos automotivos mais modernos e produtivos do mundo. “É um ativo da marca”, diz Marcella.

As poéticas peças publicitárias se juntaram a patrocínios e diversas ações de campo para divulgar a marca e seus produtos. Uma dessas ações foi patrocinar o time de futebol do Flamengo e fazer ações paralelas, como convidar sócios-torcedores para test drives em que eles se encontravam com o ex-jogador do clube Zico na concessionária, para dar uma volta de Renegade pelo Rio de Janeiro.

Também fizeram barulho com o público os Jeep Camps, pistas de obstáculos montadas em áreas de 2 mil metros quadrados para demonstrar as habilidades offroad dos veículos da marca, que receberam 32 mil clientes potenciais ao lado de eventos como o Salão do Automóvel de São Paulo e shows do Foo Fighters em Porto Alegre e Belo Horizonte.

“Importamos essa ideia da Jeep que já recebeu mais de 1 milhão de pessoas em todo o mundo”, conta a diretora, de marketing.

Os resultados apareceram rápido, não só nas vendas, mas também nas métricas usadas para monitorar a penetração da marca. Segundo dados apresentados por Marcella, no período de aproximadamente um ano houve aumento de 30% sobre o conhecimento geral sobre a Jeep no Brasil e cresceu 110% a familiaridade com a marca, que fizeram avançar em 100% a consideração de compra, gerando milhões de buscas no Google.

“A Jeep já passou a fazer parte do estilo de vida de muitos, com centenas de milhares de fotos postadas em redes sociais, criação de fã-clubes e encontros de proprietários”, comemora Marcella.

Na crise, reduzir sim, silenciar não

29/09/2015 – Fonte: Automotive Business



“Claro que no cenário atual alguma redução de investimento tem de fazer, mas nunca silenciar.” O conselho consta do “manual de sobrevivência” de Jaime Troiano, presidente da Troiano Branding e especialista em estratégia de marcas.

Em sua apresentação no III Fórum de Marketing Automotivo, promovido por Automotive Business na segunda-feira, 28, ele destacou que é preciso manter as marcas ainda mais fortes em momentos de crise como a atual, “pois só assim conseguimos sair dela mais fortes e preparados”.

Troiano lembrou que as marcas são consideradas a principal ferramenta de um negócio para 81% de executivos de diversas empresas ouvidos em uma pesquisa recente. Portanto, é fundamental manter a marca sempre viva e forte, com exposição que nem sempre exigem altos investimentos.

“Não precisa gastar muito, mas tem de aproveitar todos os pontos de contato, incluindo o SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor), prestação de serviços, executivos da empresa, contatos com a imprensa e até a recepcionista”, diz o especialista.

Troiano aconselha também o perfeito engajamento de todos os empregados, que para ele são os grandes aliados na formação e exposição de uma marca. “É preciso olhar para

dentro da empresa do mesmo jeito que se olha para fora. As áreas de RH são mais importantes do que nunca nessa tarefa. Os empregados devem ser vistos como apóstolos da marca”, defende.

Outro conselho para enfrentar os tempos bicudos “é colocar a barriga no balcão”, diz Troiano. “A palavra de ordem é ir para a rua, é uma obrigação ver ao vivo como o negócio acontece”, acrescenta, lembrando o exemplo do comandante Rolim, falecido dono da TAM, que não raro ia se certificar pessoalmente como o serviço de sua companhia aérea estava sendo oferecido aos passageiros nos aviões e salas de embarque.

O momento, defende Troiano, é de manter o foco na especialidade que cada marca representa, “evitar a tentação de ir aonde não foi chamado”, e aproveitar o momento para pensar melhor, buscar qualificação e mais estudo. “Já que não está vendendo como gostaríamos, vamos aprender. Quem quer crescer precisa estabelecer alicerces sólidos para suportar o crescimento no futuro.”

Bosch se isenta de culpa por emissões da VW

29/09/2015 – Fonte: Automotive Business

A Bosch responsabilizou o Grupo Volkswagen pelo escândalo que envolve a companhia na manipulação dos dados sobre emissões de poluentes em 11 milhões de veículos a diesel de diversas marcas do grupo, descoberta primeiro nos Estados Unidos. A fabricante de autopeças fornece o sistema de injeção common-rail, assim como os módulos de dosagem e injeção para tratamento dos gases de escape, utilizados em vários modelos que apresentaram a discrepância entre as emissões medidas em testes e rodando em estradas.

Em comunicado à imprensa, a Bosch informa que os componentes são fornecidos seguindo estritamente as especificações do fabricante e a forma de calibragem e integração nos veículos completos é de responsabilidade de cada montadora.

A imprensa alemã revelou na segunda-feira, 28, que a Bosch teria advertido o Grupo Volkswagen, em 2007, sobre o fato de o software que monitora as emissões de poluentes ter sido desenvolvido apenas para testes, e que sua utilização em vias públicas era ilegal.

Quatro anos mais tarde, em 2011, a Volkswagen também teria sido avisada por um engenheiro do grupo sobre as práticas ilegais nos testes de emissões, segundo um relatório citado na edição de domingo, 27, do diário alemão Frankfurter Allgemeine Zeitung.

A tecnologia desenvolvida pela Bosch é utilizada nos motores-alvo da fraude, que equipam 11 milhões de veículos do Grupo Volkswagen (os próprios Volkswagen, mais Audi, Seat e Skoda).

O software que opera a fraude, tecnicamente denominado “defeat device”, altera os dados das emissões quando “percebe” que o motor está sendo submetido a testes de laboratório e assim modifica o regime de funcionamento, para produzir menos gases nocivos ao meio ambiente, especialmente os óxidos de nitrogênio (NOx).

Em comunicado à imprensa sobre os recentes acontecimentos, a Bosch afirma que, na engenharia do motor a combustão, a tecnologia diesel é o melhor princípio para resultar em menores índices de emissões de poluentes. Segundo a empresa, os motores diesel atuais são “indispensáveis para atingir as metas europeias de emissões de gases de efeito estufa”.

A companhia afirma ainda que desenvolve sistemas de injeção e de tratamento de gases de escape que podem reduzir as emissões em todas as situações de condução e modos de operação, até mesmo em altas velocidades e em situações de aceleração intensa.

A empresa também acredita que haja potencial para reduzir as emissões de gás carbônico provenientes dos motores diesel em até 10% e também crê na possibilidade de redução das emissões de óxido de nitrogênio desses propulsores.

Marketing é função de primeiro nível nas autopeças

29/09/2015 – Fonte: Automotive Business



Integrar as atividades de marketing e alinhá-las às estratégias de negócios, tanto locais como globais, é peça-chave para alcançar os resultados esperados pelas empresas de autopeças também em tempos mais desafiadores, concordam os representantes da Bosch, Carlos Abdalla, da MWM Motores Diesel, Thomas Püschel, e da ZF, Michel Haddad, no debate “O Reposicionamento de Autopeças em Marketing”, durante o III Fórum de Marketing Automotivo realizado por Automotive Business na segunda-feira, 28.

“Por meio de avaliações em conjunto com as áreas de inteligência de mercado e pesquisas, conseguimos identificar novos nichos de atuação e oportunidades para novos negócios e novos produtos e essa nova integração, no nosso caso, ocorre em conjunto tanto para o mercado OEM quanto para o de reposição”, relata Püschel, diretor de vendas e marketing da MWM Motores Diesel.

Por parte da ZF, o planejamento local, assim como o da MWM, é estritamente alinhado com o marketing global, embora em ambas as companhias a atuação local tem total autonomia de decisão e desenvolvimento, dada as especificidades e particularidades do mercado brasileiro e da região latino-americana.

“Este alinhamento também convergiu com a aquisição que fizemos da TRW, a fim de expandir nosso portfólio. Sendo um negócio recente, o marketing ainda não fica no primeiro plano com relação à integração global das áreas entre as duas empresas, mas é um processo natural”, explica Michel Haddad, gerente regional de marketing da ZF América do Sul.

Segundo Abdalla, gerente de marketing e comunicação corporativa da Bosch, a definição é global quando o assunto é orçamento e, no caso da empresa, depende da reputação e participação da marca naquele mercado: “Onde ela não está tão presente, com um share abaixo do esperado, é onde a matriz decide aplicar os maiores recursos, e onde já há consolidação de participação, o orçamento é mantido, embora sejam levadas em consideração os lançamentos e ações específicas, quando necessárias”.

O executivo expõe que mesmo com o mercado em baixa, houve leve crescimento do orçamento destinado ao Brasil este ano, mas não há expectativa de crescimento para 2016. “Não houve corte significativo, mas ficaremos estáveis, dando mais atenção às ações prioritárias enquanto demais orçamentos ficarão para segundo plano”, aponta.

No caso da ZF, a expectativa é de que para o ano que vem o orçamento para marketing tenha grande redução: “Isso nos coloca em uma nova posição de restringir verbas, rever ações, fazer o que é necessário com menos sem perder o foco do médio e longo prazos”, indica Haddad.

Neste contexto, a empresa também passa a considerar de forma mais forte sua participação no setor de veículos leves, a partir da integração global com a TRW, cujo

negócio está 90% focado no segmento, mesmo índice de participação de veículos comerciais pesados na atuação da ZF.

Relacionamento com o consumidor passa por reinvenção

29/09/2015 – Fonte: Automotive Business



A crise traz chance para que marcas reinventem o relacionamento com os seus consumidores. A recomendação foi dada por de Sergio Prandini, vice-presidente executivo da Grey Brasil, em palestra no III Fórum de Marketing Automotivo, realizado por Automotive Business na segunda-feira, 28. “Passamos por um ponto de virada histórico na comunicação, que muda o relacionamento das marcas com os clientes. É preciso trazer transparência e verdade, criar conexão, engajar as pessoas”, avalia.

O executivo lembra que, neste momento, o mais importante está na palma das mãos das pessoas: o celular, que traz comunicação, serviços, informação e facilidades. Prandini recomenda que as empresas aproveitem isso para se aproximar dos clientes.

A abordagem, no entanto, precisa ser inovadora. “Ninguém para mais para prestar atenção em publicidade”, enfatiza. Ele aponta que esta interação tem de acontecer de forma mais natural e espontânea.

“As empresas automotivas estão hoje com o olhar financeiro, não de marketing; com o de redução de custos, não de inovação. Se continuarmos assim, o setor será padronizado”, avalia. O objetivo, segundo ele, deve ser sempre ousar, tentar o novo e caso a estratégia falhe, corrigir a rota rapidamente. “Temos de fazer diferente para fazer a diferença”, defende.

Prandini aponta que há grande espaço para novas ações no Brasil. O País, segundo ele, é o terceiro mais conectado via mobile do mundo. Este contexto, apesar de trazer uma série de oportunidades, é também desafiador para as empresas que estão acostumadas a se relacionar com o consumidor de formas antigas. “O processo mais doloroso é o de desaprender, de mudar o que já está arraigado”, enfatiza.

Setor de mineração da Austrália ainda tem ótimas perspectivas, diz ministro

29/09/2015 – Fonte: EM.com

O novo ministro de Recursos Naturais e Energia da Austrália, Josh Frydenberg, afirmou estar otimista com a perspectiva para o futuro do setor de mineração do país, apesar da queda nos preços e da ampliação dos esforços entre importantes nações, como a China, para combater a mudança climática reduzindo as emissões de poluentes geradas por combustíveis fósseis.

Nomeado para o posto na semana passada pelo primeiro-ministro Malcolm Turnbull, Frydenberg disse estar confiante de que haverá um grande interesse pelo carvão de alta qualidade e pelo gás natural liquefeito produzidos há décadas pela Austrália, apesar da competição com tecnologias mais limpas para produção de energia solar e eólica.

O ministro disse estar otimista com o setor de energias renováveis. Segundo ele, há oportunidades para investimentos nesses setores. Além disso, a autoridade previu que aumente a demanda pelos recursos naturais e do setor de energia do país.

Na semana passada, China e EUA anunciaram medidas para combater a mudança climática, incluindo um compromisso de Pequim para lançar um comércio de compensação de emissões até 2017.

A Índia, nesta semana, anunciou que espera estabelecer uma meta ambiciosa, de ter uma matriz energética com até 40% de energia renovável até 2040, além de cortar 35% de suas emissões até 2030, na comparação com os níveis de 2005.

A Austrália é um dos maiores emissores de gases causadores do efeito estufa per capita, devido a sua dependência do carvão para obter boa parte de sua eletricidade. O país também estabeleceu uma meta de cortar emissões em entre 26% e 28% até 2030, na comparação com o nível de 2005.

No ano passado, porém, o governo australiano acabou com um sistema de cobranças de emissões de carbono e recuou de uma meta de geração de energia renovável, passando-a de 41 mil gigawatts hora para 33 gigawatts hora, argumentando que a meta anterior importaria um fardo muito grande em uma economia de 1,6 trilhão de dólares australianos (US\$ 1,1 trilhão) que luta para se ajustar ao fim do boom da mineração.

As importantes mineradoras do país já estão sob pressão por causa da desaceleração chinesa e pela queda nos preços das commodities, inclusive do carvão e do minério de ferro. Os gastos de exploração no setor de minerais e petróleo recuou 6,7% no ano passado no país, segundo relatório de abril divulgado pelo governo.

O número de projetos do setor de recursos naturais em fase de estudos de viabilidade recuou para 180 em abril, de 305 em abril de 2011, quando os preços das commodities estavam em seu pico. Segundo o ministro, o país quer encorajar os investimentos do exterior, considerados por ele "absolutamente cruciais para o desenvolvimento do setor de recursos naturais" australiano.

14 sindicatos aceitam proposta e encerram greve, dizem Correios

29/09/2015 – Fonte: G1

Os Correios informaram que até o final da tarde desta segunda-feira (28), 14 dos 36 sindicatos de trabalhadores da empresa havia aceitado a nova proposta de acordo coletivo apresentada na sexta-feira (25) pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) para encerrar a paralisação dos funcionários da categoria.

Segundo a estatal, considerando os sindicatos que não haviam aderido ao movimento grevista, a previsão é que 30 das 36 bases sindicais retornarão às atividades normais a partir de 0h desta terça-feira (29).

Segundo os Correios, os 14 sindicatos que aceitaram a nova proposta são: São Paulo (região metropolitana), Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe, Bauru (SP), Campinas (SP) e Vale do Paraíba (SP).

Outros 16 não haviam aderido à paralisação: Acre, Alagoas, Amapá, Brasília, Espírito Santo, Goiás, Juiz de Fora (MG), Uberaba (MG), Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Maria (RS), Ribeirão Preto (SP) e Santos (SP).

Os Correios ingressaram com ação de dissídio coletivo junto ao TST no último dia 17, após sindicatos associados às duas federações de representação dos trabalhadores dos Correios (Fentect e Findect) terem deflagrado uma paralisação por tempo indeterminado em diversas regiões do país.

Dias parados não serão descontados

A nova proposta apresentada na sexta-feira pelo vice-presidente do TST, ministro Ives Gandra, prevê aumento linear dos salários em R\$ 150 a partir de agosto de 2015 e em R\$ 50 a partir de janeiro de 2016, a título de gratificação, incorporável ao salário nos seguintes percentuais e datas: 50% em janeiro de 2016; 25% em agosto de 2016 e 25% em janeiro de 2017.

O TST recomendou o encerramento da greve a partir de zero hora desta terça-feira. Se essa condição for seguida, não haverá desconto dos dias parados, que serão compensados no prazo de 90 dias, excluídos domingos e feriados.

Em caso de rejeição, o ministro determinou a permanência de pelo menos 80% dos empregados nas atividades. Caso contrário, haverá multa diária de R\$ 100 mil para o sindicato que desrespeitar o percentual. Outra consequência será o julgamento do processo pela Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do TST.

Em comunicado, a empresa destacou que a nova proposta prevê que o plano de saúde dos trabalhadores não poderá sofrer qualquer alteração que não seja de comum acordo com os trabalhadores, representados pelos sindicatos, e mantém a criação de uma comissão paritária referente ao assunto no prazo de 30 dias a contar da assinatura do acordo coletivo.

"A proposta traz ainda reajuste de 9,56% nos benefícios: vale-alimentação/refeição; vale-cesta; auxílio para filhos com deficiência e reembolso creche/babá; e redução do compartilhamento do vale-alimentação. Assim como a proposta anterior que já havia sido formulada pelo TST, a atual mantém a antecipação da entrega matutina até o final de 2016, conforme os critérios estabelecidos no Acordo Coletivo de Trabalho 2014-2015", acrescentou..

Indústria compra peças em vez de máquinas

29/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Enquanto a importação de máquinas e ferramentas diminuiu 24,2% em agosto, a compra de partes e peças do exterior caiu 10,9%, segundo a Abimei (associação dos importadores de máquinas e equipamentos industriais).

Os números mostram que os investimentos têm sido direcionados para manutenção e não para renovação do maquinário, destaca a entidade, que percebe esse movimento associado à crise do setor pela primeira vez.

"É um claro reflexo da retração da indústria", afirma Ennio Crispino, presidente da Abimei. "Os investimentos em modernização e melhoria da produtividade acabam em segundo plano, e a meta das empresas é a sobrevivência."

Ele aponta que o empresário ainda não se sente seguro para modernizar seu parque. "A indústria, então, recorre a soluções alternativas para se manter operante em condições minimamente aceitáveis", acrescenta.

Entre os que mais aderiram à importação de peças, o setor de petróleo e gás se destaca, diz Crispino, que lembra que, por exigir investimento alto, a troca desse maquinário é preterida pela modernização do equipamento.

Em agosto, o volume de importações de bens de capital foi de US\$ 2,9 bilhões, uma queda de 18,6% ante o mês anterior. As projeções mais recentes da Abimei apontam que 2015 deverá terminar com retração de 24,6%.

"Quando as empresas tiverem o mínimo de confiança para investir, o que deve demorar a acontecer, será uma corrida contra o tempo para não perder competitividade. E não haverá alternativa à importação dessas máquinas."

O ambiente de negócios no Brasil vive um caos absoluto, diz banqueiro

29/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

O ambiente de negócios vive o caos e os investidores estrangeiros estão perplexos com o governo. O rebaixamento por outras agências de risco é inevitável. A opinião é de um dos principais assessores financeiros do país, Ricardo Lacerda, que, desde que fundou seu banco de investimento, BR Partners, em 2009, fez mais de 90 operações, ultrapassando R\$ 70 bilhões.

Eleitor de Marina no primeiro turno e de Dilma no segundo, ele admite que errou nas previsões ao dar um voto de confiança à presidente em artigos publicados em 2014.

"A presidente e seu círculo mais próximo nunca abriram mão da condução da economia. O objetivo ao aceitar nomear Levy era apenas usar sua credibilidade para recuperar o apoio dos mercados", diz Lacerda, que também tem no currículo a presidência do Goldman Sachs no Brasil e do Citigroup na América Latina.

*

Folha - O sr. estava mais otimista em 2014 e votou na presidente. Errou nas previsões?

Ricardo Lacerda - Fui um dos primeiros empresários a apontar publicamente os erros do ex-ministro Guido Mantega. Previ a reeleição da presidente Dilma e uma condução mais ortodoxa da política econômica. Mas errei ao achar que a presidente faria isso com convicção, que optaria por um ajuste claro e profundo, que poderia resgatar rapidamente a confiança dos mercados.

Hoje está claro que prevalece na cúpula do governo a crença de que existem saídas menos dolorosas para a crise. É justamente essa distância da realidade que aprofunda ainda mais a crise.

Há risco de o país ser rebaixado por outra agência?

A menos que haja um comprometimento imediato e claro com um profundo ajuste fiscal, o que já não parece provável, é certo que o Brasil será rebaixado por todas as agências. Seus critérios são similares e há rápida deterioração dos indicadores econômicos. Creio que esse efeito já está em boa parte refletido no preço dos principais ativos brasileiros — mas claro que um rebaixamento em cadeia será muito negativo.

Como os investidores estrangeiros estão vendo o Brasil?

Há uma enorme perplexidade com a completa inabilidade do governo em propor um caminho viável para sair da crise. O ambiente de negócios vive momento de caos absoluto. O governo perdeu completamente a credibilidade e houve uma paralisação de gastos e investimentos.

Os empresários estão com medo de quebrar e os trabalhadores com medo de perder empregos. Esse sentimento negativo reverbera mundo afora e afeta nossa credibilidade junto ao investidor estrangeiro.

Há quem veja oportunidade nessa crise?

Sim, oportunidades enormes. Muitos bons ativos estão sendo negociados a preço de banana. É muito menos arriscado para um investidor estrangeiro entrar no país hoje, com o dólar a R\$ 4 e a Bolsa a 45.000 pontos, do que há três anos, com o dólar a R\$ 2 e a Bolsa a 75.000 pontos.

Mas para que predomine a visão de que temos oportunidade, é preciso que os preços dos ativos se estabilizem. Entrar no Brasil com dólar a R\$ 4 pode ser ótimo negócio, desde que não chegue a R\$ 5 ou R\$ 6 no curto prazo. Há hoje percepção de que o risco de descontrole da economia é real.

Até onde vão os juros?

Num ambiente de total falta de credibilidade da política econômica, o único elemento que pode tranquilizar investidores é a taxa de juros.

Mantido o cenário atual, eu diria que não só não encerramos o ciclo de aperto monetário, como é provável que ainda seja necessário um novo choque de juros, de mais 200 a 300 pontos base. Os juros futuros mostram isso e podemos ver a Selic próxima a 20% ao ano. Pagaremos caro por ter mantido juros artificialmente baixos por tanto tempo.

Mudaria algo no ajuste?

Acho que a proposta do governo é absolutamente desconexa. A manobra de enviar ao Congresso um Orçamento com deficit foi desastrosa e em seguida o governo não conseguiu articular nenhum raciocínio lógico para defendê-la.

Em segundo lugar, o governo pode pedir que a sociedade faça sacrifício, é justo, mas tem que fazer sua parte e mostrar com clareza o que defende.

Ele foi eleito para liderar, mostrar caminhos, não para enviar um Orçamento e pedir que se virem para equilibrá-lo. Acho que a sociedade não aceita mais alta de imposto, o governo terá de cortar mais gastos. Senão, a inflação cortará por ele.

Como combater a inflação?

Com política fiscal e monetária sérias. O Brasil não foi o único no mundo a relaxar tais políticas diante da crise de 2008. O erro foi exagerar em estímulos excessivamente de curto prazo e não propor reforma estrutural.

O governo não soube a hora de recuar nos incentivos para garantir a saúde das contas. Essa barbearagem nos levou a uma combinação tóxica de baixo crescimento, explosão da dívida pública e inflação alta.

Para reverter, é preciso competência e determinação por parte do governo. Não estamos vendo uma coisa nem outra.

O controle da inflação foi a maior conquista social do brasileiro nas últimas décadas e é lamentável que a presidente nunca tenha dado a ele sua devida importância.

Levy ainda é considerado pelo mercado a tábua de salvação? Ou é hora de deixar a cena?

A presidente nunca endossou o ministro, nem seu receituário econômico, como o caminho para o país driblar a crise. O resultado é esse: governo com atuação conflitante e sem liderança.

O ministro é um profissional sério, acadêmico respeitado, pessoa com espírito patriótico que tenta ajudar seu país. Será lamentável se ele deixar o cargo, mas creio que ninguém mais o vê como tábua de salvação. Para reverter expectativas, a presidente precisará mostrar uma mudança radical e inequívoca de suas próprias convicções.

O sr. avalia que ele teve boa atuação até agora?

O mercado esperava que Levy representasse ruptura com a gestão anterior e uma oportunidade de fazer ajuste rápido, que traria de volta a credibilidade. Era minha aposta. Isso não ocorreu, pois a presidente e seu círculo próximo nunca abandonaram suas ideologias nem abriram mão da condução da economia.

O objetivo ao aceitar nomear Levy era apenas usar sua credibilidade para recuperar o apoio dos mercados. Acho injusto julgar a atuação dele. Fica a impressão que ele foi sem nunca ter sido.

Mudar o governo ajuda? Quer impeachment?

No momento não há motivos técnicos para impeachment. Tudo leva a crer que a presidente é uma pessoa honrada.

Mas, evidentemente, o impeachment tem dinâmica política, que já está em curso. A inépcia política da presidente e a relutância em buscar novos caminhos a coloca numa posição cada vez mais delicada. É possível que termine seu mandato, mas há o risco de isso acontecer sem que tenha apoio político ou popular e com economia em frangalhos.

Bracen passa a equipar seus tornos com o CNC Proteo

29/09/2015 – Fonte: CIMM

A Bracen, fabricante de máquinas com sede em Gravataí (RS), lançou recentemente versões de seus tornos automáticos Centaurus equipados com o CNC Proteo, da Kollmorgen MCS. Até então as máquinas estavam disponíveis apenas com os CNC produzidos pela própria Bracen (que adquiriu a tecnologia da Digicon), também batizados de Centaurus.

Luiz Eduardo Braga, engenheiro da Bracen, conta que no final de 2013 a empresa decidiu promover uma evolução mais profunda e contatou a Kollmorgen MCS para juntas desenvolverem um novo modelo de CNC específico para tornos automáticos. O trabalho resultou no projeto de um novo software da Kollmorgen MCS para equipar as máquina de 6 eixos, além do eixo-árvore.

“As engenharias da Kollmorgen MCS e da Bracen desenvolveram em conjunto funções que deixaram a máquina muito versátil e fácil de se operar”, explica Braga. O novo CNC possui tela colorida de 6,5" e até 18 softkeys.

Com isso, o operador pode visualizar operações de todos eixos em uma única tela e executar operações de maneira rápida.” Os servomotores de até 3,55 Nm com rotações de até 6 mil rpm, da Kollmorgen MCS, deixaram a máquina ainda mais rápida, que resultou em um bom aumento de produtividade”.

Estamos passando por um momento de retração econômica, mas percebemos que alguns setores começaram a esboçar uma retomada da produção, principalmente no setor de exportação.

Esta retração econômica vai passar, assim como todas anteriores, e queremos estar prontos para atender a nossos clientes com novas máquinas, com soluções que possibilitem o aumento da sua produtividade.

A Bracen iniciou suas atividades em 2001, atuando a princípio no mercado de retrofitting de tornos automáticos. Em 2008, decidiu desenvolver seu próprio modelo de torno automático.

Atualmente produz três modelos: o Centaurus 25.2, o 42.2 e o 60.2, com passagem de barras redondas de 25, 42 e 60 mm, respectivamente (sextavadas de 22, 36 e 52 mm e quadradas de 18, 29 e 42 mm).

Segundo Braga, as máquinas combinam a robustez mecânica e as ferramentas múltiplas dos tradicionais tornos automáticos com a versatilidade dos modernos CNC.

Meta do Brasil é reduzir emissão de gases em 43% até 2030, anuncia Dilma

29/09/2015 – Fonte: CIMM

A presidenta Dilma Rousseff disse hoje (27) que as metas brasileiras para reduzir a emissão de gases de efeito estufa são de 37% até 2025 e de 43% até 2030. O anúncio foi feito durante a Conferência das Nações Unidas para a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, em Nova York. O ano-base utilizado para os cálculos, segundo ela, é 2005.

Durante seu discurso, Dilma destacou que os números serão levados à Conferência do Clima, em Paris, como compromisso assumido pelo governo brasileiro.

A Conferência de Paris é uma oportunidade única para construirmos uma resposta comum para o desafio global de mudanças do clima. O Brasil tem feito grande esforço para reduzir as emissões de gás de efeito estufa, sem comprometer nosso desenvolvimento econômico e nossa inclusão social”.

A presidenta citou ainda o que chamou de objetivos ambiciosos para o setor energético, com destaque para a garantia de 45% de fontes renováveis no total da matriz energética. No mundo, a média, segundo ela, é de 13%.

Os demais anúncios feitos por Dilma incluem a participação de 66% de fonte hídrica na geração de eletricidade; a participação de 23% de fontes renováveis, eólica, solar e biomassa na geração de energia elétrica; o aumento de cerca de 10% na eficiência elétrica; e a participação de 16% de etanol carburante e demais fontes derivadas da cana-de-açúcar no total da matriz energética.

“As adaptações necessárias frente a mudança do clima estão sendo acompanhadas por transformações importantes nas áreas de uso da terra e florestas, agropecuária, energia, padrões de produção e consumo”, disse.

“O Brasil é um dos poucos países em desenvolvimento a assumir uma meta absoluta de redução de emissões. Temos uma das maiores populações e PIB [Produto Interno Bruto] do mundo e nossas metas são tão ou mais ambiciosas que aquelas dos países desenvolvidos”, completou.

FMM aprova investimentos de R\$ 1,81 bi em projetos da indústria naval

29/09/2015 – Fonte: CIMM

O Fundo de Marinha Mercante vai apoiar financeiramente projetos da indústria naval no valor de R\$ 1,81 bilhão. A decisão foi tomada na última sexta-feira (24) durante a 28ª Reunião Ordinária do Conselho Diretor do Fundo (CDFMM), realizada no Ministério dos Transportes.

Do total, foram destinados R\$ 1,26 bilhão para novos projetos, sendo construção de 47 novas embarcações para navegação interior, oito embarcações de apoio offshore e modernização de 87 balsas graneleiras para navegação interior.

Também foram aprovadas prioridades de apoio financeiro no valor de R\$ 550,7 milhões para projetos reapresentados em função de alterações, suplementação ou novo prazo para contratação em até 120 dias, envolvendo 104 embarcações e 1 estaleiro.

Nos próximos dias será publicada resolução no Diário Oficial da União com os projetos aprovados. Após a publicação, as empresas poderão tratar da contratação dos financiamentos junto aos agentes financeiros do FMM (BNDES, BB, CEF, BNB ou BASA).

O Fundo da Marinha Mercante (FMM) financia até 90% do valor dos projetos. A definição do percentual de financiamento depende do conteúdo nacional de cada projeto e do tipo da embarcação. O Fundo é gerenciado pelo Ministério dos Transportes.

De 2011 a 2014, o FMM desembolsou mais de R\$ 16 bilhões no fomento ao transporte aquaviário e à indústria naval. O Fundo tem contribuído para a renovação e o crescimento da frota brasileira, o fortalecimento da indústria naval, o aumento do transporte por hidrovias, cabotagem e apoio marítimo à exploração de petróleo no país.

Powermig leva alta tecnologia em robótica industrial para a Mercopar

29/09/2015 – Fonte: CIMM

No período de 6 a 9 de outubro, os visitantes da Mercopar poderão conferir as últimas tendências do mercado da robótica industrial, no stand da Powermig. A empresa caxiense, irá expor uma célula para soldagem, modelo Master 2500, que possui duas estações de trabalho fixas e robô Panasonic, modelo TM 1800, que é considerado o mais avançado do mundo, para os processos de solda.

Também estarão expostos dois robôs que possuem múltiplas aplicações industriais: um da marca sueca ABB, que tem capacidade de carga de 350kg e alcance de até 3200mm; e um da marca dinamarquesa Universal Robots, que tem capacidade de carga de até 10kg e alcance de até 1300mm. Todos os equipamentos estarão em movimento e simulando aplicações industriais.

"Estamos bem otimistas em relação ao evento. Mesmo diante das adversidades do mercado, nos mantemos inovadores, sempre com o objetivo de fornecer ao mercado soluções para automação robótica com alta tecnologia embargada.

Somos a empresa que possui a maior gama de células robotizadas de alta performance fabricadas no Brasil, além de sermos pioneiros no desenvolvimento e fabricação de equipamentos de grande porte dedicados à soldagem complexa", diz a analista de marketing da empresa, Patrícia Zucco.

Organização Mundial do Comércio abre investigação contra Brasil

29/09/2015 – Fonte: Correio Braziliense

A Organização Mundial do Comércio (OMC) abre mais uma investigação contra o Brasil, atendendo a um pedido do Japão que alega que a política de incentivos fiscais aos setores de telecomunicações, automóveis e tecnologia é ilegal e afeta empresas estrangeiras de forma "injusta".

O principal foco da queixa é o Inovar Auto, mecanismo que garantiu uma redução de impostos para o setor automotivo com fábricas instaladas no País. Outros quatro problemas também foram atacados.

Em julho, Tóquio já havia apresentado a queixa. Mas, pelas regras, teria de dar uma chance para uma negociação diplomática. Mas sem uma solução, o Japão formalizou o pedido para uma intervenção dos juízes da OMC, o que foi aprovado na manhã desta segunda-feira, 28.

Tóquio questiona a forma pela qual Brasília isenta setores de impostos, sempre que garantam produção em território brasileiro. Para o Japão, as regras discriminam empresas estrangeiras e são "barreiras protecionistas" contra produtos importados.

Na avaliação da diplomacia japonesa, o Brasil comete três ilegalidades: a existência de um regime de impostos mais pesado para bens importados que para bens nacionais,

incentivos fiscais a quem produz no Brasil e subsídios para empresas que exportam

Um dos ataques é dirigido contra o Inovar-Auto, considerado como ilegal pelo Japão ao reduzir o IPI para certos modelos produzidos com um determinado número de peças nacionais. Se condenado, o Brasil terá de modificar o programa e os incentivos dados a montadoras.

O ataque também visa os incentivos fiscais a exportadores que se beneficiam do Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras, ou "Recap". O programa reduz o custo de produção a quem vai exportar. Para os japoneses, isso seria uma forma de subsídio.

O argumento é também de que o setor de informática e tecnologia é outro alvo de protecionismo no Brasil. Tóquio questiona a Lei de Informática, o Programa de Inclusão Digital, o Programa de Incentivos ao Setor de Semicondutores e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital. Para o governo asiático, todos esses programas criam reservas de mercado e dificultam as importações.

No passado, Tóquio já havia atacado as exigências do edital de licitação da faixa de frequência de 2,5 GHz - destinada ao serviço de quarta geração da telefonia móvel (4G). A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estipulou uma exigência de conteúdo nacional mínimo de 60% para quem quisesse participar de licitações, incluindo equipamentos e sistemas. Para o governo de Tóquio, algumas das medidas brasileiras já existem há algum tempo. "Mas foram fortalecidas nos últimos anos", indicou.

Reforço

Um ataque similar já havia sido apresentada pela UE contra o Brasil e o sistema de solução de controvérsias da OMC foi acionado. Bruxelas argumentou que, ao dar isenção de IPI a diversos setores sob certas condições, o Brasil estava violando as regras internacionais do comércio.

Em setembro de 2011, o governo estabeleceu uma isenção de IPI para carros de montadoras que se comprometam a investir no País e comprem peças locais. Em 2012, o plano foi renovado por mais cinco anos, o que deixou os países ricos irritados. Incentivos fiscais também foram dados a computadores, smartphones e semicondutores.

O governo brasileiro sempre alegou que as medidas beneficiavam montadoras europeias e japonesas, justamente contra a concorrência chinesa. Mas, segundo a União Europeia, as medidas adotadas por Dilma têm afetado as exportações do bloco.

Em 2011, 857 mil carros foram exportados ao mercado brasileiro. Em 2013, esse número caiu para 581 mil até outubro. Consultas entre as duas diplomacias ocorreram em Genebra em fevereiro.

Diretoria da Vale propõe reduzir pela metade 2ª parcela de remuneração a acionistas de 2015

29/09/2015 – Fonte: Época Negócios



A diretoria da Vale vai submeter ao Conselho de Administração proposta de pagamento da segunda parcela de remuneração a acionistas em 2015 de US\$ 500 milhões, metade do valor proposto anteriormente, informou a mineradora brasileira em um comunicado nesta segunda-feira (28/09).

Caso o Conselho, que se reúne em 15 de outubro, aprovar a mudança, a Vale irá distribuir aos acionistas 1,5 bilhão de dólares neste ano, ante os 2 bilhões de dólares anunciados em janeiro.

A nova proposta para 2015 é quase 65% menor que o pagamento aos acionistas realizado no ano passado, de 4,2 bilhões de dólares.

Uma primeira parcela, de 1 bilhão de dólares, já foi paga em 30 de abril. Caso a redução seja aprovada, a segunda parcela, de 500 milhões de dólares, será paga em 30 de outubro.

O montante da segunda parcela é equivalente a 0,097023796 dólar por ação ordinária ou preferencial em circulação, com base no número de ações em 31 de agosto de 2015.

"O valor proposto atualmente para a segunda parcela é a metade do valor anunciado publicamente em 30 de janeiro de 2015, refletindo um cenário mais incerto para os preços das commodities minerais e o foco da companhia na preservação de seu balanço", disse a Vale em fato relevante.

Tarifa bancária subiu nove vezes mais que a inflação

29/09/2015 – Fonte: Época Negócios

As tarifas cobradas pelos oito maiores bancos do país nos últimos três anos cresceram até 169%, percentual 8,6 vezes superior à inflação para o mesmo período, mostra a associação de consumidores Proteste.

O levantamento comparou as tarifas das cestas informadas nas tabelas das próprias instituições bancárias. O maior aumento foi na cesta Exclusive Fácil (antiga Conta Fácil Bradesco Super) do banco Bradesco, que em 2013 custava R\$ 23 mensais, e no próximo mês passará a custar R\$ 61,90. O consumidor terá um custo anual de R\$ 742,80, ou seja, R\$ 466,80 a mais que em 2013.

No levantamento, também foram encontrados pacotes de serviços com valores de até R\$ 74 mensais, como o cobrado pelo banco Santander na cesta de serviço Van Gogh Max. O custo anual do pacote soma R\$ 888.

A pesquisa verificou tarifas dos bancos Banrisul, Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Citibank, HSBC, Itaú e Santander. A Proteste lembra que os bancos têm obrigação de divulgar o valor de todas as tarifas e taxas cobradas, além de deixar claro quais serviços estão inclusos nos pacotes oferecidos.

PMEs preferem fechar portas a pedir recuperação judicial

29/09/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

Pequenas e médias empresas são maioria entre as que utilizam a recuperação judicial para evitar a falência. Entretanto, acionar a Justiça para negociar com credores não deveria ser um recurso para amenizar problemas estruturais: "Estar em dificuldade financeira não significa necessariamente ter de entrar em recuperação judicial", diz Paulo Funchal, sócio da divisão de Fusões e Aquisições da consultoria Grant Thornton.

Apesar de estar em expansão, a procura pelo mecanismo por empresas menores ainda é baixa. Além disso, muitas delas adotam a "estratégia do avestruz" ao simplesmente baixar as portas, como exemplifica o gerente do Sebrae, Bruno Quick.

“A lei no Brasil favorece muito o credor, pois a dívida nunca prescreve”, destaca. Para o analista Gabriel Rizza, também do Sebrae, regras mais claras, simples e previsíveis dariam mais segurança jurídica para as empresas endividadas.

Pequenas e médias empresas são maioria entre as que usam recuperação judicial para evitar falência. Para evitar um pedido de recuperação judicial, planejamento de longo prazo – com duração entre cinco e dez anos – e uma avaliação detalhada e periódica das condições da empresa são os pontos-chave, explica Funchal.

O exame, no entanto, varia para cada tipo de negócio e depende do quanto as finanças estão comprometidas: “Infelizmente, muitas empresas apenas jogam mais para a frente a amargura de um processo de falência”, diz o executivo.

Com a economia fraca, o número de pedidos de recuperação judicial deve bater recorde em 2015, mostram dados da Serasa Experian. Até agosto deste ano, eles somavam 766, o maior valor acumulado para o mês desde 2005, quando a lei que criou o recurso entrou em vigor.

Este ano, pequenas empresas entraram com 393 dos pedidos, enquanto as médias, com 228. “Em termos absolutos, o número de pequenas empresas é maior porque, no Brasil, elas são a maioria dos CNPJs ativos”, diz o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi.

Pelos dados de agosto da Receita Federal, há mais de 16 milhões de empresas ativas no País, sendo 12,8 milhões de pequeno porte (EPPs) e 584,4 mil microempresas (MEs).

Sinais. Termômetro para as pequenas e médias empresas, o caixa pode ajudar a elaborar estratégias de negócio: “O fluxo de caixa precisa projetar ascendência. Se as retas (que apontam a entrada e a saída de recursos) indicam que vão se cruzar, é um sinal negativo”, diz o economista da Associação Comercial de São Paulo, Emilio Alfieri.

Além disso, pensar no futuro também é fundamental, destaca o sócio da PwC, José Braga: “É preciso ter muito bem planejado o que vai se gerar de caixa nos próximos seis a doze meses”, diz.

À lista de alternativas, Ulisses Brondi, sócio da consultoria Asis, acrescenta que empresas podem utilizar dados de tributação enviados à Receita para fazer um raio X de sua situação: “Como elas precisam guardar esses dados por pelo menos cinco anos, é possível fazer um panorama”, diz.

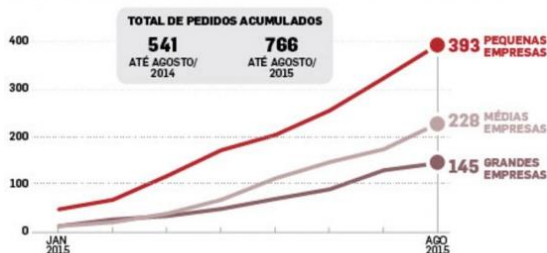
Detectado o perigo, é preciso reduzir custos, renegociar prazos com credores ou até mudar os rumos do negócio para driblar os ventos desfavoráveis.

Outra possibilidade é a procura de um sócio, como aponta Funchal. Mesmo com as complicações no cenário econômico, o executivo diz que empresas brasileiras ainda são atraentes para investidores estrangeiros que olham para o longo prazo.

ALTERNATIVA CONTRA A CRISE

● Maioria dos pedidos de recuperação judicial é de pequenas e médias empresas

EM NÚMERO DE PEDIDOS



FONTE: SERASA EXPERIAN

INFOGRÁFICO, ESTADÃO